

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

7 - 2023

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 7 - 2023

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand †

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

CAPA

Urna pintada da II Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal).

COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2023

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2023

EDIÇÃO

UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa,
Faculdade de Letras de Lisboa
1600-214 Lisboa.

www.uniarq.net

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

uniarq@letras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÊS RASTEIRO	141
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
Política editorial	187
Editorial policy	188
Avaliadores Ophiussa (2012-2023)	191

A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada

The issue of Iron Age urn burials in the Iron Age of Southern Portugal: an integrated review

FRANCISCO B. GOMES

UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa;

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

franciscojbgomes@gmail.com

ORCID iD: 0000-0003-0664-6374

RESUMO: A prática dos enterramentos em urna mereceu um relativo interesse ao longo da história da investigação sobre a Idade do Ferro do Sul de Portugal, tendo desempenhado um papel na construção de modelos histórico-culturais onde a difusão démica e cultural assumia um papel substancial. Apesar das críticas que esses modelos receberam e das nuances que se foram introduzindo na interpretação da sequência histórica sidérica do Sul português, esta modalidade funerária não foi objecto de nenhuma revisão crítica sistemática. Os dados hoje disponíveis permitem contudo revisitá-la numa óptica de longa duração, explorando as relações entre os enterramentos em urna precoces, da I Idade do Ferro, e os mais tardios, da segunda metade do I milénio a.n.e.. De igual modo, o incremento dos dados disponíveis permite hoje repensar e matizar as dinâmicas culturais subjacentes à difusão da prática do enterramento em urna, desenhando um panorama mais complexo e de natureza multicultural.

PALAVRAS CHAVE: I milénio a.n.e.; práticas funerárias; cremação; contactos interculturais; faseamento.

ABSTRACT: Urn burials as a funerary practice deserved considerable interest throughout the history of research on the Iron Age of southern Portugal, having played a role in the construction of historical-cultural models in which demic and cultural diffusion were highlighted. Despite the criticism leveled at those models and the nuances which were introduced into the interpretation of the Iron Age historical and cultural sequence of Southern Portugal, no systematic critical revision of this burial mode has been produced. With the data currently available, it can nonetheless be revisited in a *longue durée* perspective, exploring the relationships between the Early Iron Age urn burials and those dated in the second half of the 1st millennium BCE. At the same time, the increase of the available data allows for a nuanced rethinking of the cultural dynamics underlying the diffusion of the practice of urn burials, painting a more complex and multicultural panorama.

KEYWORDS: 1st millennium BCE; funerary practices; cremation; intercultural contacts; phasing.

1. OS ENTERRAMENTOS EM URNA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: BREVE INTRODUÇÃO A UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

A presença de enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul do actual território português encontra-se documentada praticamente desde o início da investigação arqueológica sobre este período. Com efeito, e mesmo excluindo os achados mais precoces de finais do século XIX, de difícil contextualização – nomeadamente as urnas “Cruz del Negro” exumadas por Estácio da Veiga em Mértola (cf. Barros 2008), infelizmente em contexto secundário, ou os enterramentos em urna destruídos pelos trabalhos agrícolas no Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) que resultaram na descoberta daquela necrópole (Silva 1875; Veiga 2005 [1891]: 266-273) –, a prática da incineração em *ustrinum* com deposição secundária dos restos cremados em urna foi cabalmente documentada por V. Correia já na década de 1920 durante as escavações que dirigiu na citada necrópole de Alcácer do Sal (Correia 1972 [1927])¹.

Durante essas intervenções o Professor da Universidade de Coimbra individualizou, com efeito, dois tipos de enterramentos em urna, que englobou no seu 2.º tipo, que hoje sabemos corresponder a enterramentos em urnas “Cruz del Negro” pertencentes à primeira fase da necrópole, e no seu 1.º tipo, que identificou correctamente como o mais recente da sequência funerária da necrópole sadina, e que pode hoje integrar-se com segurança na II Idade do Ferro (Correia 1972 [1927]; v. tb. Gomes 2018; 2021).

Embora nas décadas seguintes o investimento no estudo da Idade do Ferro do Sul de Portugal tenha sido reduzido, sendo quase nulos os novos dados obtidos para o estudo das práticas funerárias deste período, os enterramentos em urna haveriam de voltar a ter certo protagonismo em torno a meados do século XX graças aos trabalhos de A. Viana e A. Dias de Deus nas necrópoles da região de Elvas (Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958; v. tb. Heleno 1951).

Os seus trabalhos na Herdade da Chaminé (Elvas), em particular, permitiram uma vez mais identificar um

horizonte funerário pré-romano caracterizado pela prática da cremação com deposição secundária dos restos em urnas, horizonte esse que os seus descobridores identificaram com uma fácies cultural céltica (Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958), leitura que, como se verá, haveria de ter importantes ecos na investigação posterior.

A. Viana, trabalhando num contexto distinto, identificou também um conjunto de enterramentos em urna, provavelmente da II Idade do Ferro, depositados no interior da cista megalítica do Serro das Antas (Almodôvar) (Viana – Ferreira – Andrade 1957), configurando um interessante caso de reutilização de um monumento megalítico, caso esse que infelizmente permanece ainda hoje insuficientemente caracterizado.

Apesar destes contributos precoces, a escassez de dados para uma caracterização global da Idade do Ferro no Sul do actual território nacional ditou que estes casos, mais ou menos isolados, da prática da deposição dos restos cremados em urnas permanecessem escassamente problematizados. Tal situação só viria a alterar-se a partir da década de 1970 com o lançamento de um ambicioso programa de investigação centrado na região de Ourique e dinamizado por C. de Mello Beirão, cujo objectivo central passava pela identificação e caracterização do contexto arqueológico da Escrita do Sudoeste. Esse programa saldou-se na produção de um volume significativo de dados (Dias – Beirão – Coelho 1970; Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; 1983; Dias – Coelho 1983; Beirão 1986; 1990; Correia 1993; Beirão – Correia 1994) que permitiu, pela primeira vez, discutir com bases arqueológicas mais sólidas as características e a sequência histórica da Idade do Ferro regional.

Não é este o lugar idóneo para apresentar uma síntese global dos trabalhos realizados por C. de Mello Beirão e pelos seus colaboradores, nem tão-pouco dos modelos que sobre eles se foram construindo (para uma discussão, ver, entre outros, Correia 1997; Arruda 2001; Gomes 2016). Para os objectivos da presente contribuição caberia contudo salientar que, apesar de primariamente centrados nas características necrópoles tumulares que caracterizam a fase inicial da Idade do Ferro na região de Ourique, os trabalhos desenvolvidos por esta equipa permitiram igualmente identificar um número significativo de enterramentos em urna

¹ Não se consideram, neste contexto, os achados praticamente contemporâneos das necrópoles de Alpiarça, já que a sua integração na Idade do Ferro, outrora defendida, se encontra hoje totalmente descartada (v. Vilaça *et al.* 1999, com bibliografia.)

(Dias – Coelho 1971; Beirão 1986: 49; Silva – Gomes 1992: 151-152 e 176-177; Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994; v. tb. *infra*) que, apesar da escassa atenção que geralmente mereceram por parte dos seus descobridores, foram pela primeira vez enquadrados numa sequência arqueológica devidamente articulada e num modelo histórico global.

Alguns enterramentos em urna foram identificados na periferia das necrópoles tumulares antes mencionadas, associados nalguns casos aos chamados monumentos em Π (Correia 1993: 360), que se interpretaram como a última expressão da evolução das arquitecturas tumulares regionais, enquanto noutros casos aparecem desprovidos de qualquer estrutura envolvente; contudo, outros exemplos deste tipo de deposições, com ou sem monumento em Π , surgiram aparentemente isolados, não se associando a qualquer conjunto tumular anterior (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994; v. tb. *infra*).

A posição destes enterramentos e a sua relativa modéstia, sobretudo quando comparada com o significativo investimento realizado na construção dos mais antigos monumentos tumulares, levou C. de Mello Beirão a interpretá-los como uma realidade fundamentalmente intrusiva (Beirão 1986: 49). Enquanto tal, esta mudança nas práticas e rituais funerários, considerada relativamente brusca, acabou por se converter num dos *pivots* fundamentais da articulação do modelo histórico bipartido propugnado por este investigador e pelos seus colaboradores. No quadro desse modelo, propunha-se que a uma I Idade do Ferro fortemente vinculada com o âmbito tartéssico e com o Mediterrâneo se sucedia, a partir dos séculos V-IV a.n.e., uma II Idade do Ferro de carácter fundamentalmente continental e celtizante (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 27-29).

Nesta leitura, a introdução da prática da cremação e deposição secundária dos restos cremados em urna adquiriria assim um significado acrescido ao constituir um dos indicadores mais expressivos da chegada de novas populações de cariz continental, que seriam além do mais responsáveis pela violação de numerosas sepulturas do período anterior (Beirão – Gomes – Monteiro 1979: 8; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 49-50). A aparente ruptura ao nível das práticas funerárias seria assim a expressão de uma descontinuidade populacional, étnica e cultural que

explicaria igualmente as alterações ao nível dos sistemas de povoamento e, sobretudo, o desaparecimento da escrita, emblema principal do progresso “civilizacional” da I Idade do Ferro (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986; Silva – Gomes 1992).

Se é certo que a equação que associa estes enterramentos em urna com novos contingentes demográficos pertencentes a um fundo cultural continental e celtizante acabou por assumir uma considerável centralidade na construção deste modelo histórico, parece importante assinalar que no próprio quadro da investigação dinamizada por C. de Mello Beirão foram aflorando dados difíceis de compaginar com essa interpretação, que, contudo, mereceram reduzida atenção.

A este nível, o enterramento em urna do Cerro do Ouro (Ourique) (Beirão – Gomes 1984: 440-442; Beirão 1986: 49-50), recentemente reavaliado (Gomes 2022), parece ter sido um dos casos mais significativos, tendo sido considerado pelo próprio C. de Mello Beirão como um caso particular e diferenciado (Beirão 1986: 49-50). No entanto, podem também citar-se outros casos, como um enterramento em urna documentado na necrópole da Fonte Santa (Ourique) (Beirão 1986: 66-68; v. tb. *infra*), a infelizmente mal conhecida necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes), identificada de forma acidental nos anos 1930 mas só publicada no contexto do programa de investigação que vimos discutindo (Beirão – Gomes 1983), ou a necrópole da Atafona (Almodôvar) (Silva – Gomes 1992: 177 e Fig. 61-A), mas também a necrópole da Herdade das Casas (Redondo), escavada mas nunca publicada por C. de Mello Beirão (Mataloto – Williams – Roque 2014: 24 e Fig. 3).

Em todos estes casos, a associação de enterramentos em urna com materiais que remetem não exclusivamente para contextos culturais continentais, mas também – e, nalguns casos, unicamente – para influências meridionais, de claro cunho mediterrâneo, permitiam já questionar a linearidade e exclusividade da associação entre este rito funerário e a presença de contingentes populacionais célticos, indiciando um panorama significativamente mais complexo.

A própria equipa responsável pelo estudo dos contextos sidéricos da região de Ourique acabaria por reconhecer essa complexidade, matizando em

trabalhos posteriores a ideia de uma pronunciada descontinuidade cultural entre a I e a II Idade do Ferro, passando a caracterizar a passagem de uma a outra etapa como «...um fenómeno transicional, mais do que a consequência de fenómenos desenvolvidos bruscamente» (Beirão – Correia 1994: 917) e reconhecendo os elementos de continuidade entre ambos os períodos (Beirão – Correia 1994: 923; v. tb. Correia 2014: 83).

Também a investigação posterior viria a pôr em causa a operacionalidade deste modelo bipartido, enfatizando a diversidade e complexidade do registo arqueológico correspondente à segunda metade do I milénio a.n.e. e os indicadores de uma continuidade das relações com o âmbito meridional e, directa ou indirectamente, com o Mediterrâneo (Arruda – Guerra – Fabião 1995).

Em particular, em relação à questão das transformações a nível do ritual funerário, assinalou-se que, no caso das necrópoles de Ourique, a continuidade das tradições sepulcrais anteriores, representada pelas já citadas estruturas em Π , e a própria associação espacial às mais antigas necrópoles tumulares não sugerem um fenómeno de ruptura cultural de amplo alcance (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248).

De igual modo, notou-se que o outro caso emblemático de alteração do ritual funerário durante a II Idade do Ferro, concretamente o da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, dificilmente se pode explicar por um influxo celtizante, já que a própria sequência documentada no povoado correspondente (Silva *et al.* 1980-1981) revela a continuidade e evolução *in situ* da matriz cultural do período precedente e das relações com o Sul peninsular (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248-249).

C. Fabião, num trabalho posterior, dedicou igualmente uma particular atenção aos dados disponíveis para a discussão das práticas funerárias da II Idade do Ferro do território meridional português (Fabião 1998: 336-402), evidenciando a complexidade interna dos conjuntos funerários e das práticas neles realizadas, não se esgotam numa leitura cultural redutora que equacione a prática da incineração em urna com uma monolítica influência continental. Pelo contrário, assinala a diversidade dos vectores de influência e a complexidade da malha regional de contactos e interconexões que dão forma aos rituais e conjuntos

funerários deste período (Fabião 1998: 336-402). Essa perspectiva seria de resto secundada por A. M. Arruda (1996; 1999-2000), em particular no que diz respeito ao caso da necrópole de Alcácer do Sal (Arruda 1999-2000: 84-86).

A intensificação da investigação sobre a Idade do Ferro do Sul de Portugal durante as duas primeiras décadas do século XXI veio acentuar consideravelmente a imagem de diversidade e complexidade já intuída por estes investigadores, demonstrando a existência de uma pluralidade de realidades locais e regionais com trajectos, ritmos e modos de desenvolvimento diferenciados. Apesar disso, ou quiçá precisamente pela crescente fragmentação da informação que exige abordagens mais localizadas, a questão da(s) dinâmica(s) histórica(s) da introdução, difusão e evolução dos enterramentos em urna não voltou a ser objecto nos últimos anos de qualquer aproximação integrada.

O presente contributo visa precisamente oferecer uma reflexão de conjunto sobre os diversos horizontes de enterramento em urna actualmente conhecidos para a Idade do Ferro do actual território nacional. Pretende-se reflectir sobre as possíveis relações entre os referidos horizontes, valorizando o processo de transição entre os enterramentos em urna mais antigos, da I Idade do Ferro, e os que podem propriamente integrar-se num horizonte pré-romano, e analisando os estímulos culturais que moldaram essa transição.

2. GEOGRAFIAS, CRONOLOGIAS E DINÂMICAS CULTURAIS DOS ENTERRAMENTOS EM URNA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL

2.1. Os enterramentos em urna da I Idade do Ferro (Fig. 1A)

No Sul do actual território português, os enterramentos em urna não constituem exactamente uma novidade própria do início da Idade do Ferro. Com efeito, as mais antigas deposições deste tipo foram documentadas nas conhecidas necrópoles de Alpiarça (Corrêa 1916; 1928; 1936; Marques 1972; Marques – Andrade 1974; Kalb – Höck 1981-1982; 1985; 1987; Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999), cujo enquadramento

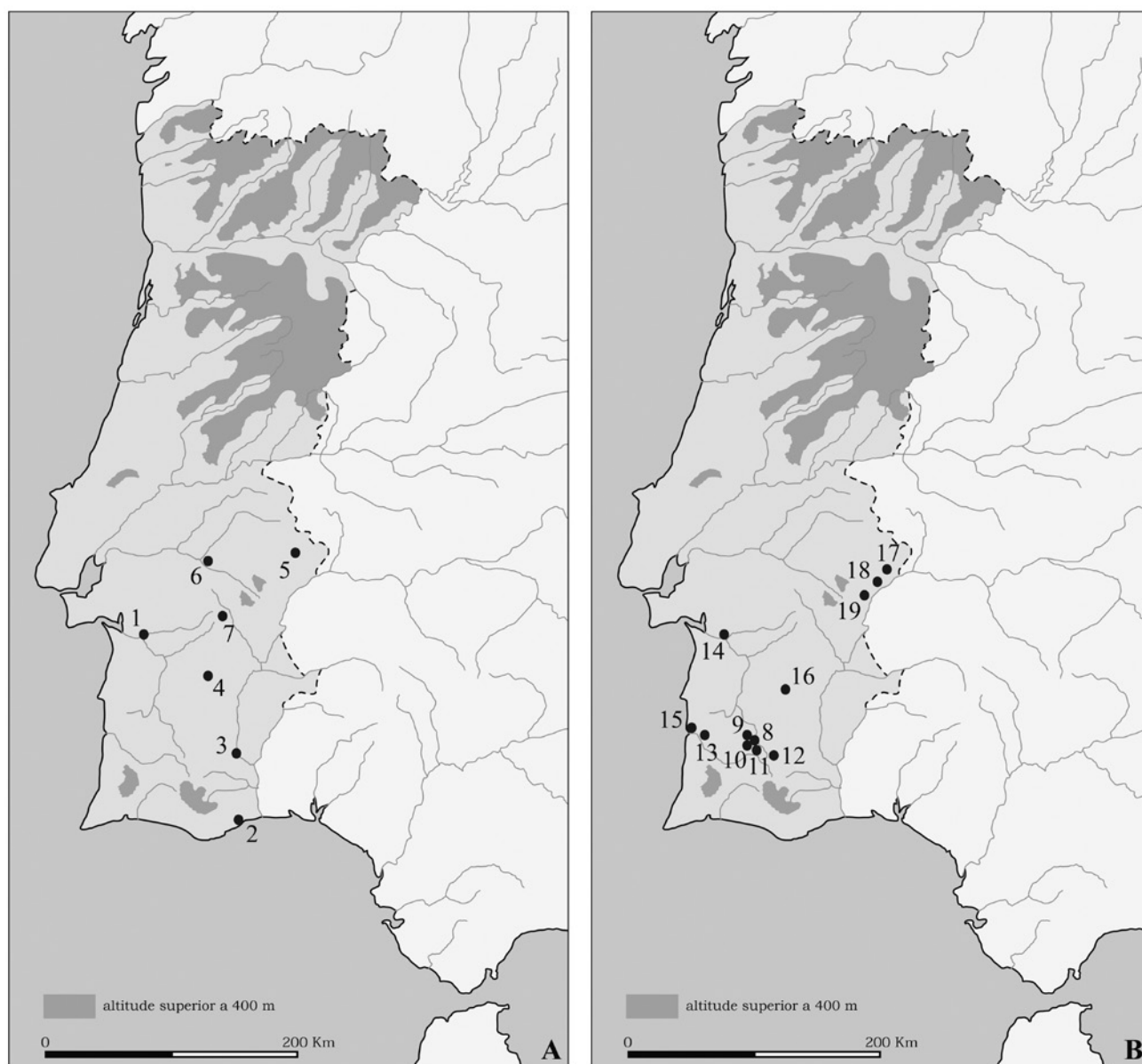


FIG. 1 Localização das necrópoles com enterramentos em urna citadas no texto. A – enterramentos em urna “antigos” (c. 750-450 a.n.e.): 1, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal); 2, Convento da Graça (Tavira); 3, Mértola; 4, Carlota (Beja); 5, Torre de Palma (Monforte); 6, Tera (Mora); 7, Hortinha (Évora). B – enterramentos em urna “recentes” (c. 450-200/150 a.n.e.): 8, Cerro do Ouro (Ourique); 9, Fonte Santa (Ourique); 10, Pêgo (Ourique); 11, Carapetal I (Ourique); 12, Atafona (Almodôvar); 13, Pardieiro (Odemira); 14, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal); 15, Galeado (Vila Nova de Mil Fontes); 16, Cerro Furado (Beja); 17, Herdade da Chaminé (Elvas); 18, Monte da Cardeira (Alandroal); 19, Herdade das Casas (Redondo). Base cartográfica: Victor S. Gonçalves.

cronológico na etapa final da Idade do Bronze parece hoje perfeitamente demonstrada (Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999).

No entanto, e se é certo que os impropriamente designados “Campos de Urnas” de Alpiarça podem hoje relacionar-se com outros enterramentos em urna do Bronze Final identificados no Centro de Portugal e, sobretudo, ao longo do curso do Tejo (Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999; Vilaça 2014a; 2014b; 2017), bem como, possivelmente, com as deposições precoces deste tipo identificadas na Baixa Andaluzia (Torres

Ortiz 1996; 2023; Pellicer Catalán – Escacena Carrasco 2007; Brandherm – Krueger 2017), a verdade é que a difusão deste tipo de solução funerária nos territórios intermédios, isto é, no Sul português, está longe de estar cabalmente demonstrada.

Com efeito, nos territórios dos actuais Algarve e Alentejo, a escassa e fragmentária documentação funerária não permite sustentar uma ampla difusão da prática da cremação em geral, e menos ainda da cremação com deposição secundária dos restos cremados em urna. Apenas dois contextos poderiam contrariar

esta impressão, mas infelizmente ambos oferecem problemas significativos de leitura.

O primeiro destes contextos, identificado por Abel Viana no interior da *tholos* da Nora Velha, em Ourique (Viana 1959; 1960; 1962: Figs. 17-18), foi infelizmente descrito por aquele autor em termos ambíguos no que à natureza das práticas funerárias diz respeito. Com efeito, e ainda que no interior daquela estrutura calcolítica se tenham exumado grandes recipientes atribuíveis ao Bronze Final (cf. Vilhena 2006: 81-82 e Ests. XXXI-XXXII) que foram já interpretados como contentores cinerários (Cardoso 2004a: 206), a verdade é que Abel Viana, ao referir-se a esses recipientes, evita o termo urna – que emprega, em contrapartida, para alguns dos vasos calcolíticos recuperados na mesma intervenção – e não menciona em nenhuma ocasião a presença de cinzas, carvões ou restos ósseos carbonizados (Viana 1960). É, portanto, igualmente plausível que estes recipientes tenham servido uma função como contentores de oferendas, semelhante à que outras peças tipologicamente afins desempenharam, por exemplo, na sepultura de inumação da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Spindler *et al.* 1973-1974).

O outro contexto, recentemente revalorizado por Raquel Vilaça, corresponde a um conjunto funerário putativamente exumado em local indeterminado da região de Beja e cujo espólio foi doado por Gustavo Marques ao Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Vilaça 2014b: 111-112 e Fig. 6). No entanto, à parte dos materiais propriamente ditos – uma urna, uma navalha de folha quadrangular e uma fíbula de dupla mola, esta última hoje desaparecida –, nada se sabe sobre este conjunto funerário ou o seu contexto de achado. Este facto, somado ao aspecto claramente exógeno das citadas urna e navalha, ambas com bons paralelos no âmbito cultural dos Campos de Urnas do Nordeste Peninsular e da Europa continental (Vilaça 2014b: 112) mas totalmente alheias aos repertórios regionais, implica que estes materiais se mantenham sob quarentena.

Assim sendo, e em face da ambiguidade destes potenciais exemplos precoces de enterramentos em urna, a introdução no Sul de Portugal da cremação como ritual funerário, em geral, e da prática da deposição secundária dos restos cremados em urnas, em particular, só pode rastrear-se de forma segura já na Idade

do Ferro, associando-se especialmente a ambientes que revelam relações mais ou menos intensas com o mundo fenício e com as comunidades ditas “orientalizantes” do Sul peninsular. Essa relação é particularmente evidente em dois contextos específicos: as necrópoles do Convento da Graça, em Tavira (Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008), e do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes 2021, com bibliografia) (Fig. 2).

Na primeira, as escavações realizadas em contexto de Arqueologia Urbana permitiram identificar quatro sepulturas de incineração datadas de meados ou da segunda metade do século VII a.n.e., duas das quais correspondem a deposições em urnas de tipo “Cruz del Negro” (Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008). Este conjunto sepulcral associa-se claramente aos horizontes da I Idade do Ferro conhecidos em Tavira (Maia 2000; 2003; Arruda 2003; 2005: 49-50; Maia – Silva 2004), nos quais a presença fenícia está claramente documentada quer a nível da cultura material móvel e imóvel, quer inclusivamente no que diz respeito ao domínio e uso da língua e da escrita fenícias (Guzzo – Zamora 2008).

Em relação à segunda, e apesar das dificuldades de contextualização resultantes da data recuada em que se realizaram as primeiras intervenções no sítio (Correia 1972 [1925]; 1972 [1927]) e da falta de documentação sobre as escavações posteriores (Paixão 1983; 2014), trabalhos recentes permitiram reconstruir a sequência de utilização da necrópole e confirmar também aqui a convivência de soluções funerárias distintas nos primeiros horizontes da mesma (Gomes 2016-2017; 2020; 2021).

Com efeito, no que se designou como Subfase Ia da necrópole sadina (Gomes 2016-2017; 2021), datada entre os meados do século VII e o primeiro quartel do VI a.n.e., as incinerações *in situ*, em fossas de perfil escalonado (ditas “de canal central”) e simples (*busta*), que constituem a solução funerária predominante durante esta fase, parecem ter convivido com um conjunto de incinerações em urnas “Cruz del Negro” que, em termos quantitativos, parecem ser residuais, e que, em função dos dados disponíveis, poderão também ter ocupado um sector concreto dentro da área mais vasta da necrópole (Gomes 2019a: 197-198).

Uma vez mais, esta primeira fase da necrópole alcacerense associa-se directamente ao horizonte

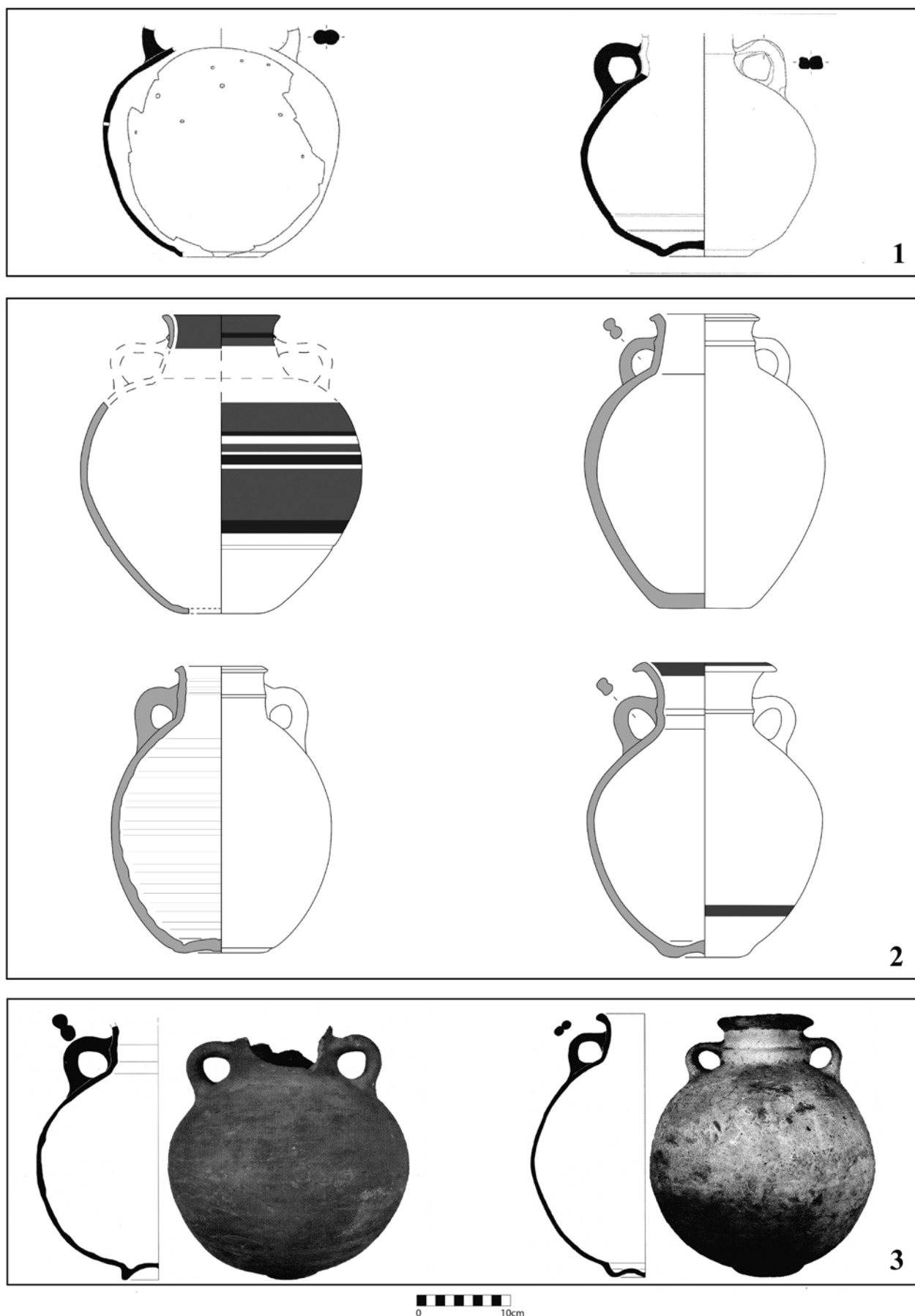


FIG. 2 Urnas “Cruz del Negro” de contextos funerários do Sul do actual território português: 1, Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira) (seg. Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008); 2, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2021); 3, Mértola (seg. Barros 2008).

“orientalizante” documentado no povoado correspondente (Silva *et al.* 1980-1981; Paixão 2001; Silva 2005; Arruda 2014: 520-524), sendo igualmente contemporânea do período de ocupação do enclave empórico de Abul A onde, por sinal, as urnas “Cruz del Negro” parecem ser relativamente abundantes (Mayet – Silva 2000: 41-42).

O desaparecimento dos enterramentos em urnas “Cruz del Negro” no Olival do Senhor dos Mártires coincide, de resto, com o abandono daquele estabelecimento, facto que, somado ao aspecto residual e quase intrusivo deste tipo de enterramento em urna na necrópole sadina, permite pensar numa associação deste tipo de deposições funerárias com indivíduos de origem exógena, oriental ou, pelo menos, meridional, instalados no Baixo Sado (Gomes 2019a: 197-198).

Aos dados destes dois sítios caberia somar também o caso de Mértola, onde no século XIX se exumaram duas urnas “Cruz del Negro” tipologicamente datáveis da segunda metade do século VII a.n.e., que, apesar de descobertas em contextos secundários, apresentam um estado de conservação compatível com um uso original funerário (Barros 2008) e que caberia associar igualmente ao horizonte “orientalizante” documentado naquela Vila (Barros 2008; Albuquerque – García Fernández 2017).

Finalmente, também na necrópole da Carlota, em Beja, genericamente datada do século VI a.n.e., se identificou um enterramento em urna “Cruz del Negro” (Salvador Mateos – Pereira 2017: 341), neste caso claramente intrusivo dado o predomínio absoluto da inumação quer nesta necrópole de recintos quer nas suas congéneres da região de Beja recentemente identificadas e escavadas (v. Jiménez Ávila 2017).

Por outro lado, caberia recordar que as urnas “Cruz del Negro” estão também documentadas em diversos outros contextos “orientalizantes” do Sul de Portugal de natureza não-funerária (Gomes 2019a, com bibliografia), nomeadamente em sítios cujas necrópoles são ainda desconhecidas, o que permite pelo menos intuir que a prática da deposição em urnas daquela tipologia se encontraria relativamente difundida a nível regional, particularmente nos sítios e contextos costeiros.

Os enterramentos em urna da I Idade do Ferro do território meridional português não se esgotam, contudo, nas deposições em urnas “Cruz del Negro”. Numa etapa mais avançada da I Idade do Ferro regional a

prática da deposição secundária dos restos cremados em urna encontra-se também muito bem documentada no Alentejo Central, nomeadamente nos conjuntos funerários de Torre de Palma (Monforte) (Langley – Mataloto – Boaventura 2007; Langley *et al.* 2008; Mataloto 2010-2011: 80-85) e da Tera (Mora) (Mataloto 2010-2011: 85-93), e no mais pontual enterramento sidérico documentado no interior da anta da Hortinha (Évora) (Mataloto 2010-2011: 93-95).

Em todos estes sítios os enterramentos em urna tiveram lugar em contentores cinerários de cerâmica cinzenta com tipologias muito similares às que se documentaram na não muito distante necrópole de Medellín (Badajoz) (Lorrio 2008). A relação com o mundo “orientalizante” da Extremadura espanhola, e em particular com o importante núcleo que subjaz à actual Vila de Medellín, é de resto evidente na demais cultura material exumada nestes conjuntos e mesmo nas práticas funerárias documentadas nos sítios alentejanos (Langley – Mataloto – Boaventura 2007; Langley *et al.* 2008; Mataloto 2010-2011).

A presença deste núcleo incinerador, que de acordo com os dados disponíveis e as opiniões dos responsáveis pelo seu estudo caberia datar entre os séculos VI e V a.n.e., é significativa, e deve ser mantida em mente ao abordar os enterramentos em urna mais tardios, da II Idade do Ferro, documentados na mesma região. A própria relação com a Extremadura que se intui nestes contextos merece ser destacada, na medida em que o vizinho território espanhol parece ter constituído uma via de entrada e centro redistribuidor de influxos culturais meridionais. Esta situação, como veremos, manter-se-á, ainda que em moldes algo distintos, nos momentos mais avançados da Idade do Ferro. Este facto não deve ser minorizado na interpretação cultural da difusão da prática dos enterramentos em urna.

Fora do Alentejo Central os dados arqueológicos sobre a continuidade e desenvolvimento(s) dos enterramentos em urna nos séculos centrais do I milénio a.n.e. são infelizmente escassos, o que sem dúvida potenciou – e potencia – leituras que enfatizam a descontinuidade entre a I e a II Idade do Ferro, nomeadamente a nível das práticas funerárias.

Contudo, trabalhos recentes permitem matizar este panorama, e sugerir a eventual existência de enterramentos em urna numa etapa avançada da I Idade do Ferro regional que poderão contribuir para

colmatar o hiato entre os mais antigos enterramentos em urnas “Cruz del Negro” e as mais tardias deposições da II Idade do Ferro. É o caso, em particular, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, onde esse hiato é particularmente difícil de explicar, dada a presença tanto de cremações em urna antigas (Gomes 2019a: 189-192) como tardias (Gomes 2018).

A revisão integral dos materiais desta necrópole e dos escassos dados contextuais disponíveis permitiu com efeito documentar pelo menos um conjunto funerário escavado na década de 1920 – a Sepultura 64 – cujo único espólio corresponde a dois recipientes de cerâmica comum, mas tipologicamente afins das produções “de tipo cinzento” (Fig. 3), que se enquadram

perfeitamente na tipologia das urnas utilizadas na já citada necrópole de Medellín (Gomes 2020; 2021: 466).

Apesar da ausência de restos osteológicos associados – problema que é, de resto, generalizado nas colecções resultantes das escavações antigas nesta necrópole –, parece plausível que a Sepultura 64 corresponda a um exemplo de enterramento em urna “intermédio”, o que levanta a possibilidade de outros recipientes similares mas menos bem contextualizados (Gomes 2021: Ests. VIII-X) terem igualmente servido uma função de contentor cinerário.

Assim, e com as devidas cautelas, pode sugerir-se que nesta necrópole o hiato entre os enterramentos em urnas “Cruz del Negro” e os da II Idade do Ferro é mais aparente que real, podendo dever-se aos acasos da documentação, ao carácter minoritário desta solução funerária também durante esta fase “intermédia” da vida da necrópole, ou a uma combinação de ambos os factores. Assumindo esta hipótese, as fases tardias da necrópole assistiriam, mais do que à introdução de um novo rito funerário, à generalização de uma solução funerária minoritária, relativamente latente, possivelmente potenciada por um quadro histórico muito concreto, como veremos.

2.2. Os enterramentos em urna nas necrópoles da região de Ourique: rupturas e continuidades

Como houve oportunidade de mencionar no apartado introdutório da presente contribuição, os enterramentos em urna documentados na região de Ourique, quer na periferia das necrópoles tumulares da I Idade do Ferro características daquela área, quer em situação mais ou menos isolada, apresentam um conjunto de problemas distinto do suscitado pelos seus congéneres antes citados.

Para aferir dos traços de continuidade e de ruptura presentes nestes enterramentos caberia antes de mais comentar a questão dos próprios rituais funerários representados nas sepulturas tumulares, consideradas como vimos um dos principais expoentes da I Idade do Ferro regional pelos seus descobridores, e nomeadamente por C. de Mello Beirão.

O problema, que *a priori* poderia parecer básico, é na verdade complexo de tratar, já que as condições tafonómicas regionais, e em particular a acidez dos solos, parecem ter eliminado na esmagadora maioria dos casos os restos orgânicos das sepulturas, deixando

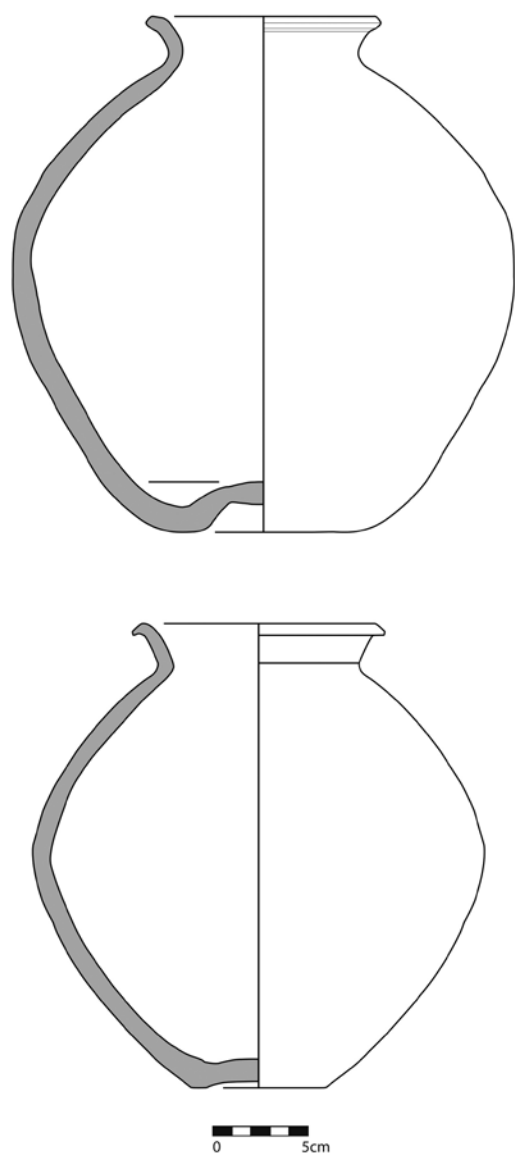


FIG. 3 Prováveis urnas da Sepultura 64 do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2021).

apenas resíduos ténues de significado ambíguo (Beirão 1986: 49). Por essa razão, a questão da prática da inumação e/ou da incineração nas necrópoles tumulares de Ourique foi objecto de respostas pouco taxativas por parte dos investigadores que nelas trabalharam.

Ainda assim, tem-se tradicionalmente assumido que estes conjuntos corresponderiam a necrópoles mistas, onde a inumação e a incineração teriam convivido de forma mais ou menos generalizada (Beirão 1986: 49; Correia 1993: 355-356; Arruda 2001: 269-270), embora salvaguardando-se que numa primeira etapa, caracterizada pela construção de grandes monumentos circulares, a inumação seria o ritual dominante.

Uma leitura crítica dos dados actualmente disponíveis permite, contudo, matizar essa imagem. Por um lado, a recente publicação global da necrópole da Nora Velha 2, em Aljustrel, permite hoje constatar que a prática da incineração está presente desde as primeiras etapas destas necrópoles, estando positivamente documentada no túmulo VIII daquele conjunto funerário, um grande monumento circular que marcará com toda a probabilidade a fundação da necrópole (Soares – Martins 2013: 662).

Por outro lado, como já foi assinalado por vários investigadores (Jiménez Ávila 2002-2003: 90-91; cf. tb. Vilhena 2008: 389-391) e uma revisão aprofundada recente permitiu confirmar (Gomes 2016: 452), em todas as raras instâncias para as quais se dispõe de indicações concretas sobre a presença de restos humanos no interior das sepulturas tumulares da região de Ourique, os dados avançados indiciam a prática da cremação, ao passo que a presença de inumações é normalmente inferida a partir da ausência de dados antropológicos e não de quaisquer evidências positivas.

Independentemente de outras considerações, que a escassez de dados não consente, este panorama permite no mínimo confirmar que a prática da incineração, documentada desde o início da sequência da Idade do Ferro regional, teve uma presença considerável e constante ao longo dessa sequência. Sem querer minimizar a distância conceptual entre a cremação *in situ* e a deposição secundária dos restos cremados em urna, parece inegável que essa distância é menor que a que separa a inumação da incineração (cf. Rebay-Salisbury 2016; 2017), facto que não deve ser menosprezado e que permite matizar a ideia de descontinuidade associada aos enterramentos em urna.

Outro problema directamente ligado à questão dos enterramentos em urna e da sua posição na sequência das necrópoles da região de Ourique diz respeito ao quadro cronológico destes conjuntos funerários e das distintas fases arquitectónicas neles documentadas (Correia 1993). O quadro cronológico tradicional, devedor das perspectivas de C. de Mello Beirão (Beirão 1986) e definitivamente estruturado por V. H. Correia (1993), abarca uma longa diacronia, entre, pelo menos, o século VIII e o V a.n.e..

A investigação posterior veio contudo demonstrar que esse intervalo cronológico é manifestamente excessivo. À luz dos dados disponíveis, a sequência conhecida da Idade do Ferro na região de Ourique não parece iniciar-se antes dos anos finais do século VII a.n.e., só se consolidando já na centúria seguinte (Arruda 2001; Gomes 2016: 425-463). Contudo, para os efeitos da presente análise parece sobretudo importante discutir os limites inferiores daquilo que poderia designar-se como a I Idade do Ferro regional.

A definição desses limites, intimamente associada à interpretação dos enterramentos em urna e dos chamados monumentos em Π, encontra-se envolta nalguma ambiguidade. V. H. Correia, que enquadra estes dois tipos de manifestações funerárias na Fase IV das necrópoles sidéricas de Ourique, data o aparecimento dos enterramentos em urna dos inícios do século V e o dos monumentos em Π de meados daquela mesma centúria (Correia 1993: 360), considerando-os contudo noutro trabalho expoentes da II Idade do Ferro regional e avançando a cronologia dos monumentos em Π para o século IV a.n.e. (Beirão – Correia 1994: 921-923).

Assim, na óptica deste investigador e de C. de Mello Beirão, a transição entre a I e a II Idade do Ferro regional recairia no século V a.n.e. (Beirão – Correia 1994). Ora, esta leitura apresenta problemas substanciais, na medida em que um sítio tão emblemático da I Idade do Ferro de Ourique como o povoado de Fernão Vaz perdura seguramente até à segunda metade, senão mesmo até ao final do século V a.n.e., como bem demonstra a presença no sítio de um *kylix* ático de verniz negro, concretamente uma Taça Cástulo, cuja cronologia recai nesse intervalo (Beirão – Correia 1991: 10 e Fig. 3; cf. tb. Sánchez 1992; Rodríguez Pérez 2019). Por outro lado, as próprias sepulturas tumulares de planta quadrangular atribuídas à Fase III de V. H. Correia, apesar das dificuldades de datação que



FIG. 4 Enterramentos em urna precoces da região de Ourique: 1, Cerro do Ouro (Ourique) (seg. Gomes 2022); 2-3, Fonte Santa (Ourique) (desenho do autor).

colocam, podem distribuir-se com relativa segurança por um intervalo balizado entre o final do século VI e os finais do V a.n.e., como recentemente se procurou demonstrar (Gomes 2016: 446).

Assim sendo, pareceria que as manifestações funerárias consideradas como próprias da II Idade do Ferro convivem no tempo, pelo menos em parte, com outras que se consideram ainda próprias da fase anterior. Com efeito, alguns dados relativos aos enterramentos em urna antes comentados, e concretamente ao do Cerro do Ouro (v. Gomes 2022) e talvez ao da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68) (Fig. 4), parecem confirmar plenamente a introdução desta modalidade funerária durante, pelo menos, a segunda metade do século V a.n.e., sendo igualmente provável que os monumentos em Π surjam nessa mesma etapa, tal como indicado por V. H. Correia (1993: 360).

Estes últimos monumentos (Fig. 5), de que os exemplos mais bem conhecidos são a sepultura das Mestras (Alcoutim) (Beirão 1986: Fig. 7; Correia – Beirão 1994: Fig. 2, n. 1), a de Carapetal I (Ourique) (Correia – Beirão 1994: Fig. 2, n. 2), e a da Atafona (Almodôvar) (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A), albergaram igualmente deposições em urna, e merecem também aqui alguns comentários. O seu enquadramento cronológico é complexo devido à escassa representatividade da cultura material que lhes está associada e que nem

sempre se encontra devidamente publicada. Alguns dados permitem contudo pensar que este tipo de monumentos perdura até, pelo menos, aos inícios/ primeira metade do século IV a.n.e., como bem evidencia a presença de uma imitação em cerâmica pintada de um *krater* ático associada ao monumento da necrópole da Atafona (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A).

Assim, e aceitando a filiação dos monumentos em Π na tradição dos monumentos tumulares de Ourique, de que seriam uma última e tardia expressão (Correia 1993), parece demonstrada a perduração no tempo até datas comparativamente avançadas das tradições funerárias locais, mesmo que adaptadas a novas práticas e a novos contextos. Com efeito, e como bem assinalaram outros autores, a relação “genética” entre os monumentos em Π e as estruturas tumulares precedentes, e a própria presença daqueles na periferia de necrópoles compostas por monumentos de tipologias mais antigas, mais do que marcar uma ruptura, parece estabelecer um nexo de continuidade (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 247-249).

A própria ideia de que a ocorrência de monumentos em Π (aparentemente) isolados na paisagem marcaria uma ruptura ao nível do povoamento deve ser matizada. Com efeito, uma observação atenta das dinâmicas do povoamento regional durante a fase inicial da Idade do Ferro, permite pensar que a rede de

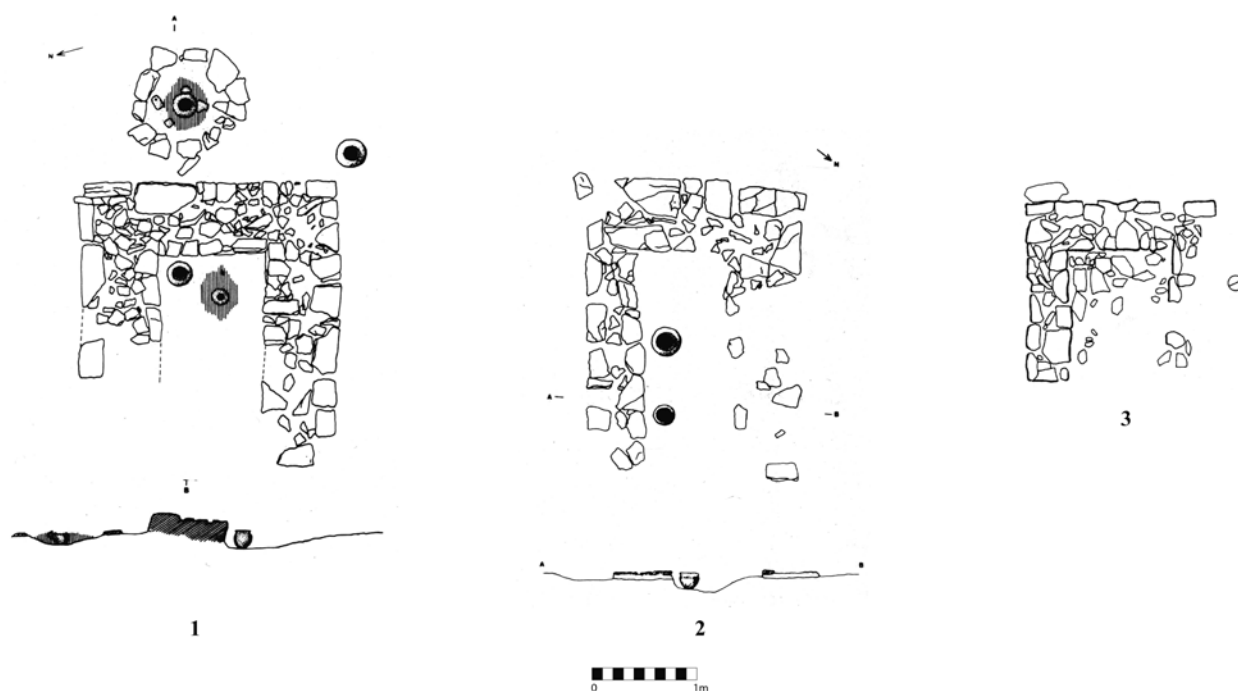


FIG. 5 Monumentos em Π do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia: 1, Carapetal I (Ourique) (seg. Beirão – Correia 1994); 2, Atafona (Almodôvar) (seg. Silva – Gomes 1992); 3. Mestras (Alcoutim) (seg. Beirão – Correia 1994).

pequenos povoados rurais que estruturou o território de Ourique esteve, ao longo de todo este período, em constante fluxo e reestruturação.

Tomando, por exemplo, as várias fases da arquitectura tumular definidas por V. H. Correia (Correia 1993: 360) como um correlato da dinâmica interna dos povoados associados, observamos a existência de monumentos circulares da Fase I isolados, que caberia relacionar com ocupações “fundacionais” que não tiveram continuidade no temp. Outros monumentos do mesmo tipo, contudo, encontram-se na génese de necrópoles com diacronias mais longas nas quais se associam estruturas integráveis nas Fase I e II (Biscoitinhos e Mouricos), I, II e III (Fernão Vaz e Chada) ou mesmo estruturas representativas das quatro fases de V. H. Correia (Carapetal I, Nora Velha e talvez também Cerro do Ouro e Neves IV) (v. Gomes 2016: 450-451, com bibliografia). Outras necrópoles, contudo, iniciam-se já com monumentos da Fase II, mantendo-se em uso durante a Fase III (Favela Nova, Vaga da Cascalheira e talvez também a Mealha Nova) e mesmo, por vezes, até à Fase IV (Fonte Santa, Herdade do Pêgo e Pardieiro) (v. Gomes 2016: 450-451, com bibliografia).

Assim sendo, e embora merecedora de nota e atenção, a fundação de novas necrópoles, possivelmente associadas a novos núcleos de povoamento, durante a Fase IV da sequência regional aduzida através das

arquitecturas funerárias não é particularmente excepcional. Pelo contrário, parece dar continuidade às dinâmicas de recomposição pontual e periódica da malha de povoamento que se terão verificado também nas etapas precedentes.

Vista nesta perspectiva, a excepcionalidade das sepulturas em Π isoladas ou exclusivamente associadas a enterramentos em urna sem estruturas envolventes decorre sobretudo do facto de as mesmas se situarem cronologicamente no limite inferior da vigência do modelo de povoamento e organização territorial regional que caracterizou toda a etapa inicial da Idade do Ferro da área de Ourique. O aparecimento deste tipo de soluções não constitui, portanto, uma verdadeira ruptura. Esta só se materializará com o definitivo abandono das necrópoles tumulares e seus correlatos tardios e, simultaneamente, com o aparecimento de um novo sistema de povoamento concentrado que cristaliza já durante o século IV a.n.e. (Fabião 1998; 2001; v. tb. Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1994).

Por outro lado, não pode deixar de se observar que uma parte substancial dos problemas de definição inerentes à leitura da Idade do Ferro da região de Ourique, e especificamente à definição da transição entre a I e a II Idade do Ferro, advém da tentativa de construir faseamentos e quadros cronológicos de referência transversais à totalidade do Sul do território português.

No entanto, uma breve análise comparativa permite hoje compreender que essa tarefa, mais do que facilitar a leitura do processo histórico desse território, mascara a existência de dinâmicas e ritmos diferenciados de área para área, criando inconsistências insanáveis que só podem superar-se mediante uma abordagem aos problemas do faseamento assente numa escala local ou microrregional.

Com efeito, olhando para a situação noutras áreas do Sul de Portugal, a existência de *décalages* significativas no que à cronologia da transição I – II Idade do Ferro diz respeito torna-se por demais evidente. Enquanto nas zonas litorais essa transição ocorre em momentos relativamente precoces, que podem situar-se, no Baixo Guadiana e no Baixo Tejo, já no final do século VI a.n.e. (Arruda 1993; Cardoso 2004b; Arruda – Freitas 2008; Sousa 2014) e, no Baixo Sado, no segundo quartel ou nos meados do século V a.n.e. (Gomes 2016-2017; 2018; 2021), no interior baixo-alentejano a situação é substancialmente diversa.

Na área mais directamente conectada com o Guadiana, o horizonte caracterizado pelas necrópoles de recintos da área de Beja, com cronologias balizadas fundamentalmente no século VI a.n.e., parece esgotar-se nos inícios do século V a.n.e. (Jiménez Ávila 2017). Trabalhos recentes realizados nesta região permitem contudo observar a emergência, nesta última centúria, de um horizonte particular intimamente relacionado com o mundo da Baixa Extremadura espanhola (Antunes 2010; Soares 2012) e que caberia relacionar com o horizonte dito “Pós-Orientalizante” daquela região (v. Jiménez Ávila 2008; 2016). O modelo de ocupação do território materializado pelos contextos relacionados com esse horizonte parecem por sua vez esgotar-se entre os finais do século V e os inícios do IV a.n.e., dando lugar, também aqui, ao aparecimento de novas fórmulas de povoamento.

O território de Ourique, em contrapartida, não se enquadra em nenhum destes esquemas, aqui traçados de forma necessariamente sumária e simplificada. Naquela área, o modelo inaugurado durante as fases iniciais da Idade do Ferro parece com efeito ter conhecido um significativo arraigamento. Esse modelo sobrevive quer às amplas reestruturações da rede socio-política macro- e trans-regional que ditaram as transformações que marcam a transição da I para a II Idade do Ferro nos âmbitos litorais, quer ao reordenamento

ocorrido nos âmbitos mais interiores e que introduz um escalão adicional no faseamento da Idade do Ferro daquelas áreas.

No entanto, parece importante reafirmar que as comunidades da área de Ourique, apesar do seu aparente conservadorismo, não viveram isoladas num vácuo cultural. As transformações ocorridas nas regiões envolventes têm também aqui os seus reflexos, e podem ajudar a compreender a introdução de novas modalidades funerárias como os enterramentos em urna e/ou os monumentos em Π , que contudo se inserem numa lógica de continuidade.

Neste aspecto em particular, as características da cultura material associada a certos enterramentos, em particular o do Cerro do Ouro (Beirão – Gomes 1984: 440-442) e o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68), oferecem dados importantes para avaliar esses reflexos e as suas origens mais imediatas. Com efeito, as similitudes entre o repertório associado a esses enterramentos e o dos horizontes da II Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Gomes 2018) é notável, facto cujo significado será analisado no próximo apartado.

2.3. Os enterramentos em urna da II Idade do Ferro (Fig. 1B)

A partir de meados do I milénio a.n.e. parece verificar-se no Sul do actual território português (mas não só) uma progressiva generalização da prática do enterramento em urna que, sem ter nunca chegado a ser exclusiva na área em apreço (Gomes 2019b), se encontra particularmente bem representada nos horizontes atribuídos à II Idade do Ferro regional.

Entre os múltiplos contextos onde este rito funerário é, durante esta etapa, manifestamente predominante destaca-se o caso da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, cujo horizonte pré-romano foi recentemente reanalisado (Gomes 2018) (Fig. 6). Neste contexto, é importante recordar que a mudança (aparentemente) rápida de rito funerário na necrópole salaciense, com a reintrodução – ou generalização – da prática da deposição dos restos cremados em urna, foi também ela vista como uma evidência de descontinuidade cultural e reflexo da chegada de novos contingentes populacionais imbuídos de uma matriz cultural continental ao Baixo Sado (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 27-29).

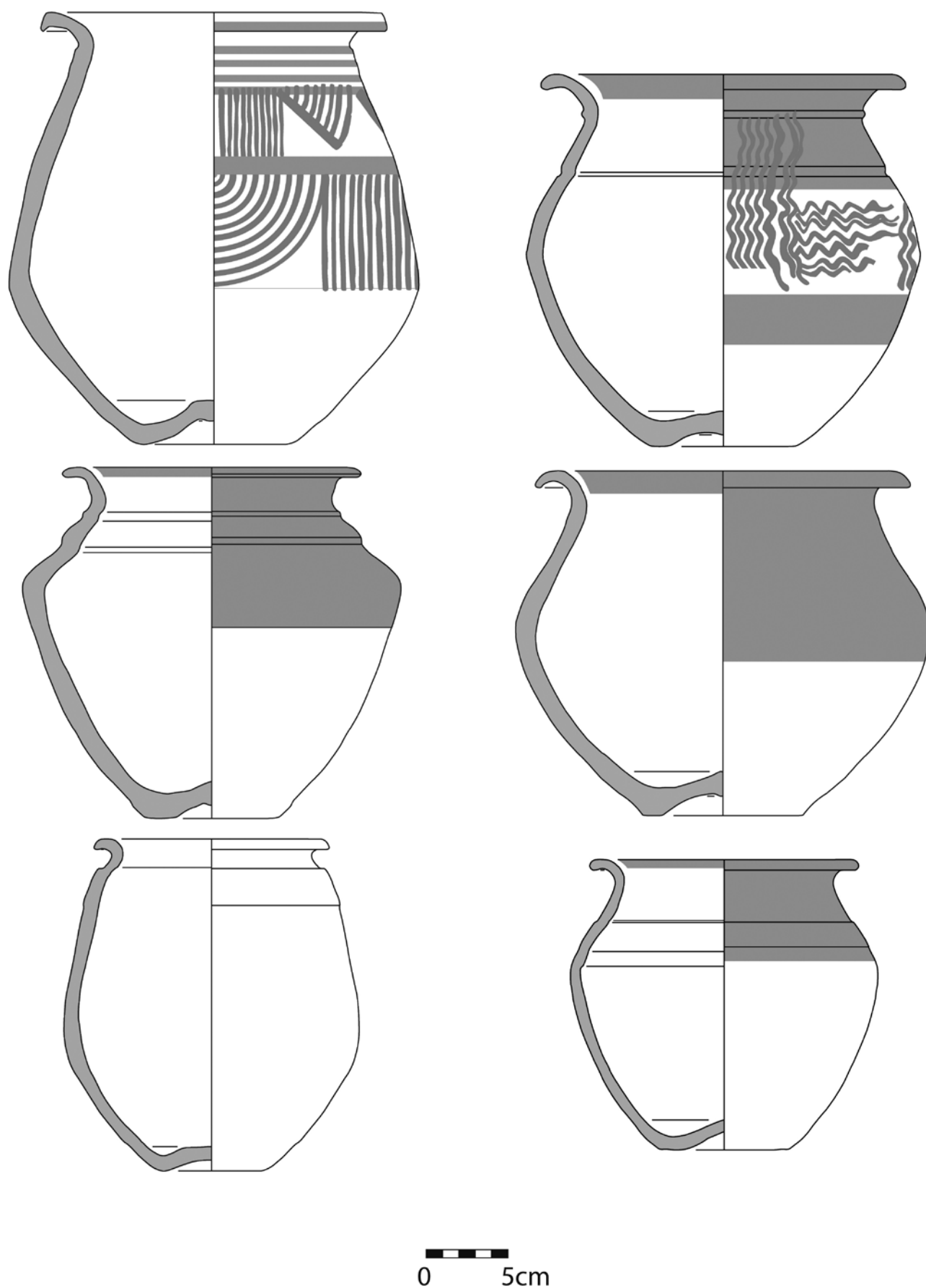


FIG. 6 Urnas de tipo “turdetano” da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2018).

Não obstante, e como houve já oportunidade de comentar, existem algumas evidências que, apesar de ténues, apontam para eventuais nexos de continuidade entre estes enterramentos em urna tardios e os seus congéneres da I Idade do Ferro (cf. *supra*; v. tb. Gomes 2016-2017; 2020). Por outro lado, deve assinalar-se que já desde os finais do século XX se notou que a cultura material da segunda metade do I milénio a.n.e. exumada nesta necrópole não é de todo consistente com a existência de um fenómeno de ruptura e descontinuidade. Pelo contrário, demonstra um desenvolvimento da matriz cultural local em clara continuidade com as afinidades meridionais reveladas pelos horizontes mais antigos quer da necrópole, quer do povoado (Fabião 1998: 350-369; Arruda 1999-2000: 64-86), e em boa medida paralelizável com o que se verifica contemporaneamente no Sul e no Levante peninsular (Gomes 2018, com bibliografia).

Não é este o local para levar a cabo uma apreciação detalhada dessa cultura material, aliás já realizada em data recente (Gomes 2018; 2021). Neste contexto, bastaria recordar que a mesma revela de forma expressiva a manutenção de estreitas relações com a área da Baixa Andaluzia, já rastreáveis nas fases iniciais da Idade do Ferro, mas também o aparente alargamento da rede de contactos trans-regionais da comunidade de Alcácer do Sal, que parece igualmente ter mantido relações mais ou menos próximas com a área ibérica do Sudeste e do Levante (Gomes 2018).

Por outro lado, é importante sublinhar que o estudo da sequência de utilização da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires permitiu situar a transição entre as soluções funerárias características da I Idade do Ferro e as que tradicionalmente se vêm associando à II Idade do Ferro num momento centrado nos meados do século V a.n.e.. Este facto é significativo, na medida em que parece dissociar a generalização dos enterramentos em urna na necrópole alcacerense do contexto histórico decorrente da por vezes designada “Crise de Quatrocentos” (Rodríguez Díaz 1994), na sequência da qual, como já foi mencionado, se aprecia uma reordenação geral do território e da estrutura social – mas também, possivelmente, do tecido cultural – de amplos sectores do interior do Sudoeste Peninsular (Rodríguez Díaz 1994; v. tb. Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1995; Fabião 2001).

Pelo contrário, as transformações ocorridas no Baixo Sado durante o século V a.n.e., reflectidas no ambiente da necrópole de Alcácer do Sal, parecem enquadrar-se num contexto histórico distinto, correspondente à retracção da presença fenícia (Martín Ruiz 2007) e à correspondente e paulatina reorganização e reestruturação das antigas comunidades ditas “Orientalizantes”, que se opera, de forma escalonada no tempo, entre o final do século VI e o século V a.n.e. (Ferrer Albelda – García Fernández 2019).

A transformação das práticas funerárias neste momento de charneira na história das comunidades baixo-sadinas parece, portanto, alinhar-se preferencialmente com os desenvolvimentos ocorridos nos territórios meridionais, nomeadamente na área dita “Turdetana” (Belén – Escacena 1992) e no mundo Ibérico do Sudeste e do Levante (v., p. ex., Blánquez Pérez – Antona del Val 1992), facto perfeitamente consistente com as feições da cultura material documentada nos horizontes da II Idade do Ferro da necrópole em apreço.

Dito isto, pode igualmente assinalar-se que as características do horizonte pré-romano da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, quer ao nível das práticas funerárias quer da cultura material, oferecem potencialmente uma chave de leitura para a reapreciação de outros contextos do Sul de Portugal onde as cremações em urna estão bem documentadas. De facto, e considerando a importância regional de Alcácer do Sal ao longo de toda a Idade do Ferro, não parece surpreendente que este importante pólo do Baixo Sado tenha com efeito actuado como plataforma de (re)distribuição de bens e ideias e, portanto, como possível foco de irradiação de determinadas práticas, nomeadamente funerárias, para o território envolvente.

A necrópole do Galeado (Vila Nova de Mil Fontes) (Beirão – Gomes 1983) poderia constituir um exemplo expressivo desse fenómeno. Com efeito, neste espaço funerário parece documentar-se uma fase de uso da I Idade do Ferro, infelizmente mal caracterizada, mas na qual se rastreiam já alguns elementos que remetem para uma relação estreita com o Baixo Sado (Gomes 2016: 366).

A essa fase sucede um aparente horizonte da II Idade do Ferro caracterizado por enterramentos em urna que, pelo que pode apreciar-se da escassa documentação disponível, parecem conceptual e materialmente comparáveis aos da necrópole sadina (Fig. 7),

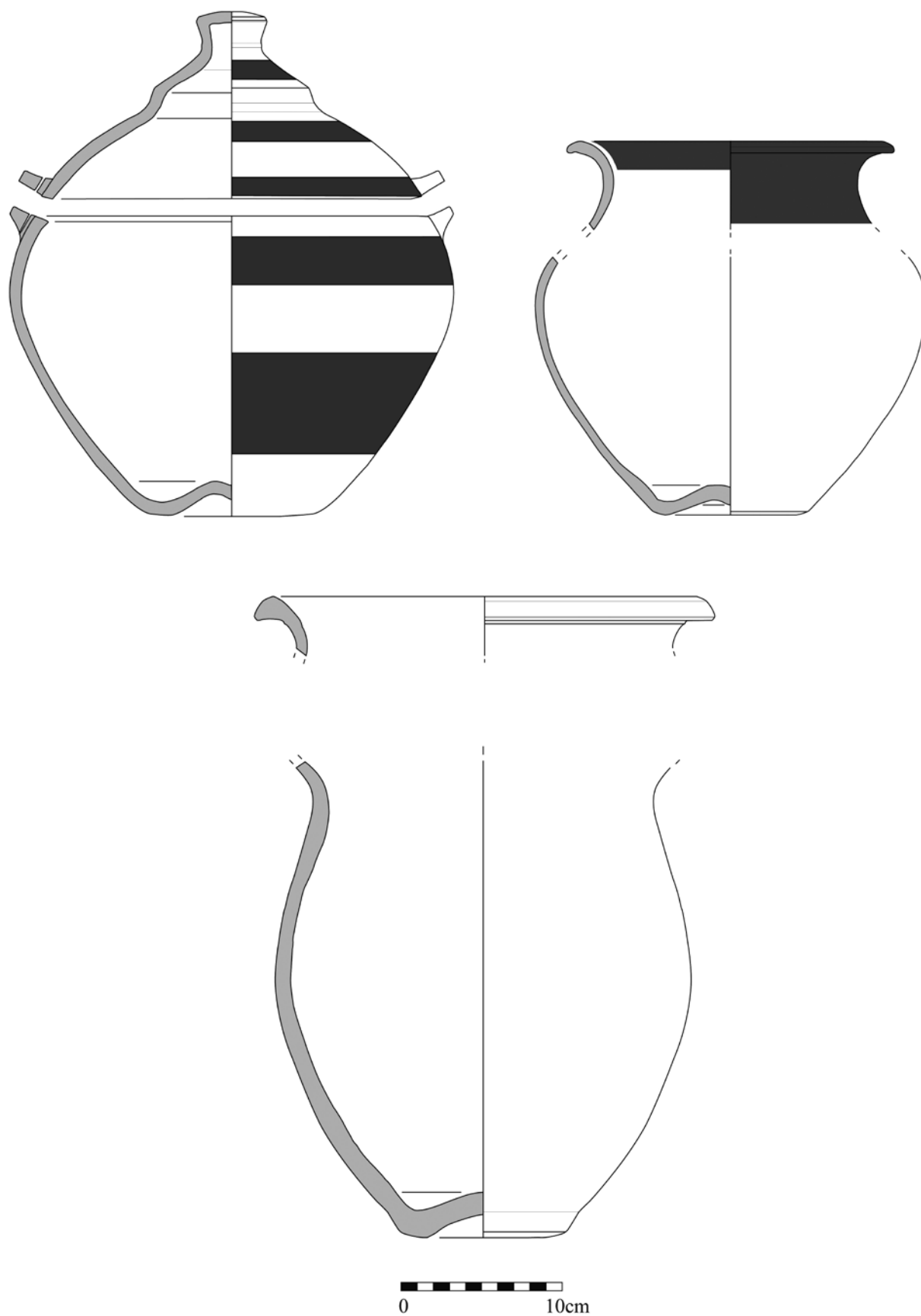


FIG. 7 Urnas da II Idade do Ferro da necrópole do Galeado (desenhos do autor; cf. Beirão – Gomes 1983)

sendo mesmo possível que alguns materiais ali exumados tenham sido produzidos no entorno do Baixo Sado. Por outro lado, deve assinalar-se a presença neste sítio de uma urna de “orelhetas”, tipologia característica da área cultural ibérica do Sudeste e Levante peninsular (López Bravo 2002). A adopção desta peça, que remete para contactos a larga distância, parece também reflectir a situação documentada no âmbito sadino, onde se têm vindo a rastrear evidências relativamente abundantes de contactos e relações com o mundo ibérico durante a II Idade do Ferro (Gomes 2018).

Por outro lado, e se, como se entrevê no registo arqueológico da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, a II Idade do Ferro correspondeu a um período particularmente activo de reestruturação e expansão das redes de contactos e intercâmbios da comunidade de Alcácer do Sal (Gomes 2018), parece verosímil que durante esta etapa se tenha verificado também uma intensificação das relações deste núcleo do Baixo Sado com o interior alentejano, aproveitando a via de comunicação privilegiada oferecida pelo próprio rio Sado.

Assim, caberia talvez pensar que algumas das novidades que se apreciam no registo material, e especialmente no registo funerário, das comunidades da área de Ourique se possam dever, mais do que a um afluxo de populações com uma matriz cultural celtizante, à intensificação das relações com o litoral, e particularmente com o Baixo Sado. Nesta hipótese, Alcácer do Sal teria assumido um papel de pólo redistribuidor de influências, ideias e práticas de clara influência meridional e mediterrânea a partir da transição para a II Idade do Ferro, em meados do século V a.n.e. (Gomes 2018).

Desde logo, as concomitâncias em termos de cultura material entre as sepulturas da II Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires e alguns dos primeiros enterramentos em urna da região de Ourique, com destaque para o do Cerro do Ouro (Beirão – Gomes 1984: 440-442; Gomes 2022) e talvez o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68), parecem evidentes. Do ponto de vista cronológico, estes últimos integram-se precisamente no período em que se assiste à generalização dos enterramentos em urna na necrópole do Baixo Sado. Essa sincronia poderá de resto considerar-se extensível a outros enterramentos menos bem conhecidos, mas cuja datação na segunda metade do século V a.n.e. foi sempre defendida pelos responsáveis da sua escavação e estudo (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994).

Assim, parece possível recontextualizar a introdução dos enterramentos em urna documentados nas necrópoles tumulares de Ourique e no seu entorno, explicando-a através de influências e relações privilegiadas com o Baixo Sado, plausivelmente por via fluvial. Significativamente, o estabelecimento – ou a intensificação – dessas relações parecem decorrer sobretudo da reestruturação interna das comunidades litorais, enquadrada numa conjuntura histórica mais ampla, já mencionada.

Pelo contrário, do ponto de vista das comunidades de Ourique, a introdução de novas práticas funerárias e da cultura material que lhes está associada poderá ter-se verificado numa lógica de continuidade, justificando a estreita associação dos mais antigos enterramentos em urna às necrópoles tumulares e a estruturas derivadas dos modelos arquitectónicos que as caracterizam (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994).

Por outro lado, não podem deixar de se mencionar neste contexto certas evidências que poderiam levar a pensar numa continuidade diacrónica da influência do âmbito do Baixo Sado no interior alentejano, estendendo-se até pelo menos aos inícios ou talvez aos meados do século IV a.n.e.

A presença no Cerro Furado (Beja) de dois recipientes áticos usados como contentores cinerários (Arruda – Lopes 2012), por exemplo, parece estabelecer também ela um nexo assinalável com a realidade documentada no Baixo Sado (Rouillard *et al.* 1988-1989; v. tb. Correia 1972 [1927]). Esse nexo sai ainda reforçado se considerarmos que estes vasos gregos da necrópole pacense pertencem não só a formas igualmente documentadas em Alcácer do Sal, como inclusivamente correspondem a produtos de pintores cujas obras se documentam também no sítio sadino (Arruda – Lopes 2012: 405 e 409; v. tb. Rouillard *et al.* 1988-1989).

De momento, o uso de vasos gregos como contentores cinerários, muito comum noutras áreas peninsulares (Rouillard 1991: 180; 2009: 366), restringe-se, no Sul de Portugal, aos dois casos já citados, mas poderia igualmente mencionar-se uma vez mais neste contexto a presença, na necrópole da Atafona, de um recipiente correspondente a uma imitação em cerâmica pintada de um *krater* grego (Silva – Gomes 1992: Fig. 61-A), e que poderia corresponder também a um eco do uso funerário desse tipo de recipientes importados em Alcácer do Sal e no Cerro Furado.

As considerações tecidas nos parágrafos precedentes permitem assim pensar na existência de um foco de difusão da prática do enterramento em urna na II Idade do Ferro do Sul português cujas características remetem para uma influência e umas relações preferenciais com o mundo meridional, no âmbito do qual o Baixo Sado e concretamente o importante pólo que subjaz à actual Alcácer do Sal poderá ter desempenhado um papel destacado como conector e plataforma de distribuição de influências, práticas e talvez também materiais.

No entanto, não pode deixar de se reconhecer a existência de um segundo grande foco de incidência dos enterramentos em urna na II Idade do Ferro meridional portuguesa, abrangendo o Alentejo Central e Setentrional. A existência de conjuntos funerários mais ou menos extensos caracterizados por este tipo de depósitos funerários encontra-se, com efeito, bem atestada, quer na região de Elvas, na qual se destaca o conjunto da Herdade da Chaminé (Viana 1950; Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958; Heleno 1951; v. tb. Nolen 1985: 159-171; Ponte 1986; Fabião 1998: 350-369) (Fig. 8), quer mais a Sul, como bem atestam os casos do Monte da Cardeira, Alandroal (Fabião 1998: 386-392), e a mais tardia necrópole da Herdade das Casas, Redondo (Mataloto – Williams – Roque 2014: Fig. 4).

Estes conjuntos funerários parecem enquadrar-se num contexto cronológico e, por extensão, histórico distinto ao anteriormente analisado. Com efeito, nenhum deles parece ser anterior ao século IV a.n.e., distribuindo-se pelo contrário entre essa centúria e a primeira metade do século II a.n.e.. Por essa razão, e ao contrário das suas congéneres anteriormente discutidas, estas necrópoles enquadram-se, elas sim, e desde os seus momentos iniciais, no quadro de recomposição sociopolítica, territorial, mas também cultural, verificado no interior do Sudoeste peninsular sensivelmente a partir de 400 a.n.e. (Rodríguez Díaz 1994).

Por outro lado, as características deste segundo foco parecem revelar a existência de uma malha mais complexa de influências e relações culturais. É certo, com efeito, que os enterramentos em urna desta região foram habitualmente considerados como um reflexo das práticas funerárias de populações de matriz cultural céltica. No entanto, a verdade é que, como bem assinalou já há mais de duas décadas C. Fabião (1998: 375 e ss.), os conjuntos artefactuais

recuperados nestes espaços funerários apresentam também uma assinalável presença de elementos – contentores cinerários e outros recipientes cerâmicos, certos elementos de armamento e de indumentária, entre outros – que remetem, também eles para um repertório material com claras afinidades meridionais, e que dão conta de um ambiente cultural complexo e multifacetado.

Deve igualmente recordar-se que, nesse mesmo trabalho, C. Fabião sublinhava já igualmente a necessidade de reconsiderar estas necrópoles centro- e alto-alentejanas e as práticas nelas documentadas à luz de uma série de conjuntos funerários que por então começavam a conhecer-se no território da vizinha Extremadura espanhola. Com efeito, necrópoles como as de Lobón (Rodríguez Díaz 1993: Fig. 4) e El Jardal (Jiménez Ávila 2015), em Badajoz, a de Hornachuelos (Rodríguez Díaz – Jiménez Ávila 1987-1988; Rodríguez Díaz 1989), também em Badajoz, mas mais tardia, ou mesmo as de Castillejos de la Orden (Esteban Ortega – Sánchez Abal – Fernández Corrales 1988), El Mercadillo (Hernández Hernández – Galán Domingo 1996) e El Romazal (Hernández Hernández – Martín Bravo 2017), em Cáceres, mais setentrionais, para citar apenas algumas das mais bem conhecidas, apresentam notáveis similitudes com as suas congéneres antes citadas.

Como já assinalado por distintos investigadores, com destaque para A. Rodríguez Díaz (1993; 1994; 1995), estes (e outros) conjuntos funerários extremenhos, dentro da sua diversidade, reflectem um ambiente eminentemente multicultural. De facto, e independentemente da existência de grupos regionais com personalidades mais ou menos marcadas, em todos eles parece poder rastrear-se a convivência e entrecruzamento de distintos vectores culturais.

Sobre um substrato correspondente ao desenvolvimento *in situ* da cultura material “orientalizante” e “pós-orientalizante” regional (Rodríguez Díaz 1990; 1993: 245) verificam-se, com efeito, marcadas (ainda que desiguais) influências setentrionais, meseténhas (Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1993; 1994; 1995: 120-122), mas também uma manutenção de contactos com as áreas meridionais, mediante os quais se introduzem influências oriundas ao que tudo indica da Baixa Andaluzia (Rodríguez Díaz 1993), mas também da área Ibérica do Sudeste e do Levante, porventura

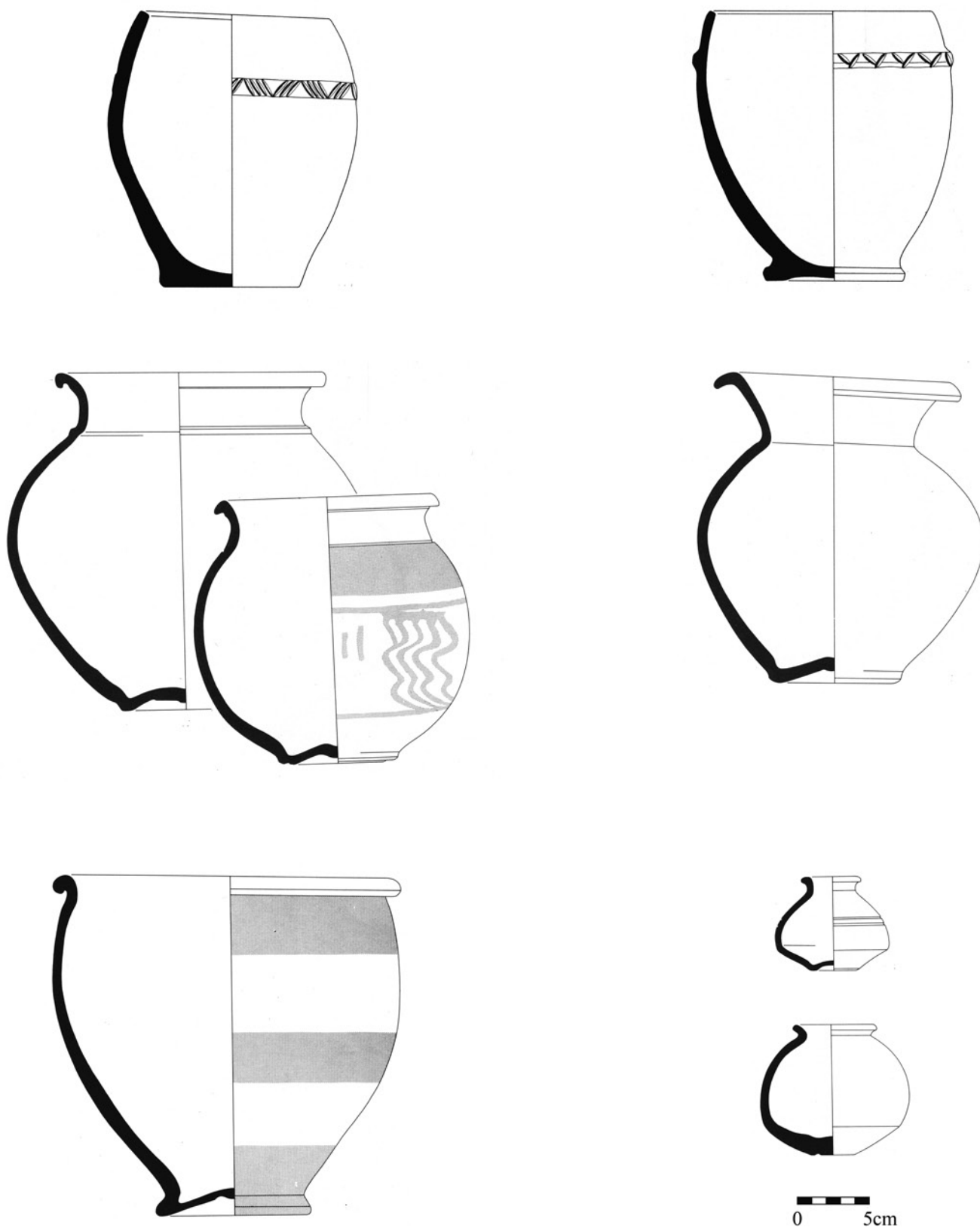


FIG 8 Urnas e outros materiais cerâmicos da Herdade da Chaminé (Elvas) (seg. Nolen 1985).

através da Meseta Sul (Rodríguez Díaz 1995: 124; Jiménez Ávila – Ortega Blanco 2004: 217-219).

Essa imagem de multiculturalidade pode também estender-se aos contextos funerários portugueses antes citados, nomeadamente à luz da já citada presença de significativos elementos de cunho meridional. Assim sendo, a ideia de uma correlação forte entre os enterramentos em urna nesta região e a presença de uma matriz cultural estritamente céltica (ou celtizante) pode também ser matizada.

Por um lado, deve considerar-se a presença na mesma região de enterramentos em urna atribuíveis à I Idade do Ferro regional, que parecem prolongar-se no tempo até bem entrado o século V a.n.e., e que oferecem no estado actual dos nossos conhecimentos um substrato possível para as práticas funerárias posteriores. Por outro lado, não devem ignorar-se aqueles elementos de cultura material que, como já se referiu, remetem para vectores de influência e regimes de representação e identificação de signo meridional.

Assim, e sem pretender negar, naturalmente, a existência de influxos populacionais ou culturais continentais e a influência demográfica e cultural da Betúria Céltica (Berrocal-Rangel 1988; 1992; 1994; 2018; Rodríguez Díaz 1993; 2018; Fabião 1998), caberia pensar que os enterramentos em urna do território centro-e alto-alentejano reflectem, como os seus congéneres extremenhos, uma complexa síntese cultural. A partir de um substrato pré-existente, parece com efeito verificar-se a activação e/ou reformulação de determinadas práticas, nomeadamente funerárias, que adquirem aspectos distintivos como resultado da complexa malha de influências que caracteriza a II Idade do Ferro regional, onde o factor continental e celtizante está longe de ser único ou mesmo unívoco.

3. RECONSIDERANDO OS ENTERRAMENTOS EM URNA DA SEGUNDA METADE DO I MILÉNIO A.N.E. NO SUL DE PORTUGAL: REFLEXÕES FINAIS

Em face do panorama traçado nas páginas precedentes, parece hoje evidente que a generalização da prática dos enterramentos em urna durante a segunda metade do I milénio a.n.e. no Sul português corresponde a um processo com um enquadramento

histórico e cultural complexo, que não se reduz a um mero cenário de substituição demográfica ou de difusão cultural.

Pelo contrário, e como se tentou demonstrar, a difusão desta modalidade funerária deve necessariamente entender-se numa perspectiva de longa duração, considerando o historial da prática da cremação em geral, e da cremação com deposição secundária dos restos em urna em particular, no Sul do actual território português. Existem, com efeito, precedentes para esta solução funerária ainda durante as etapas iniciais da Idade do Ferro que bem podem ter constituído um substrato para a já citada generalização dos enterramentos em urna.

A existência deste substrato não deve desvalorizar-se, na medida em que permite matizar a ideia de que a prática dos enterramentos em urna resultou de fenómenos unilineares de difusão démica ou cultural. Pelo contrário, sugere a possibilidade de os mesmos se explicarem, pelo menos em parte, no quadro de uma evolução na continuidade, ainda que essa evolução seja claramente condicionada e influenciada pela transformação das práticas funerárias que de forma *grosso modo* contemporânea se verifica noutras áreas peninsulares.

Com efeito, na segunda metade do I milénio a.n.e. os enterramentos em urna tornaram-se rapidamente a modalidade funerária privilegiada em amplas áreas do território peninsular, transcendendo fronteiras étnicas e culturais (v. Burillo Mozota 1990; Blázquez Pérez – Antona del Val 1992). A análise da cultura material associada aos exemplos portugueses permite contudo balizar de forma mais concreta as conjunturas históricas e as vias de contacto e de influência preferenciais através das quais se introduziram no Sul de Portugal os estímulos que resultaram na disseminação deste tipo de deposições funerárias (Fig. 9).

Com efeito, e como vimos, no caso de Alcácer do Sal a generalização dos enterramentos em urna produz-se em meados do século V a.n.e., numa conjuntura de reestruturação e reorganização das antigas comunidades ditas “Orientalizantes” e num quadro cultural de estreitas afinidades com a Baixa Andaluzia turdetana e inclusivamente com o Sudeste e o Levante ibéricos (Gomes 2018).

Por seu turno, a fácies material dos primeiros enterramentos em urna do litoral alentejano, mas também

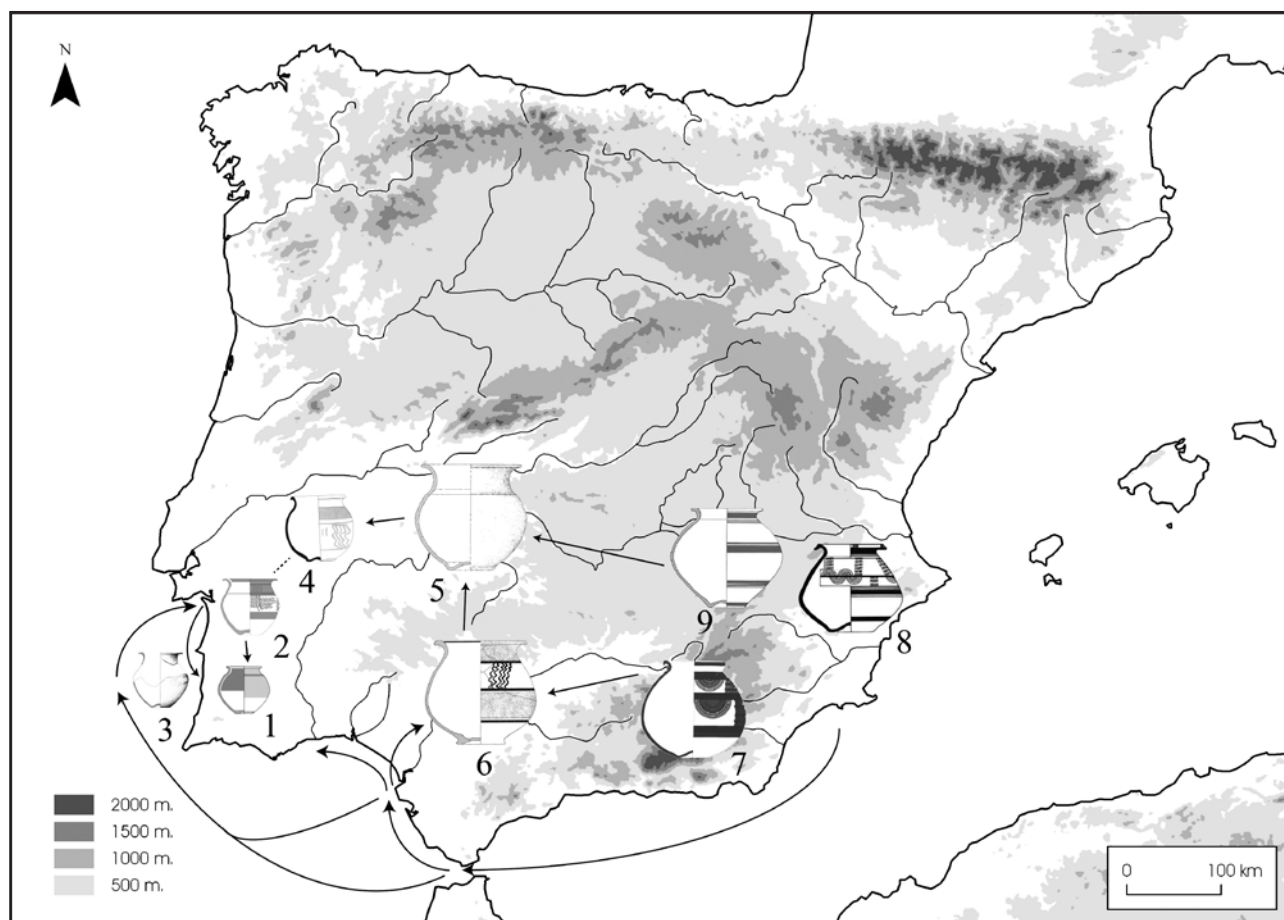


FIG. 9 Principais focos da prática do enterramento em urna no Sul peninsular durante a segunda metade do I milénio a.n.e. e suas possíveis relações: 1. Baixo Alentejo – Área de Ourique (ex.: Cerro do Ouro, seg. Gomes 2022); 2. Baixo Sado (ex.: Olival do Senhor dos Mártires, seg. Gomes 2018); 3. Alentejo Litoral (ex.: Galeado, seg. Beirão – Gomes 1983); 4. Alto Alentejo/Alentejo Central (ex.: Herdade da Chaminé, seg. Nolen 1985); 5. Extremadura (ex.: El Jardal, seg. Jiménez Ávila 2015); 6. Baixa Andaluzia (ex.: Setefilla, seg. Aubet 1978); 7. Área Ibérica – Sudeste (ex.: Toya, seg. Pereira Sieso 1979); 8. Área Ibérica – Levante (ex.: Cabezo Lucero, seg. Aranegui *et al.* 1993); 9. Área Ibérica – Meseta Sul (ex.: Llano de la Consolación, seg. Valenciano Prieto 2000) (exs. a várias escalas). Base cartográfica: Trabajos de Prehistoria – CSIC.

da área de Ourique, sugerem uma conexão directa às realidades detectadas na necrópole alcacerense. Parece por isso plausível propor que o aparecimento desta nova modalidade funerária surge nestas áreas como reflexo das relações com o Baixo Sado, que através da via de comunicação privilegiada oferecida pelo próprio rio poderá, nesta fase de reestruturação política, social e económica, ter afiançado a sua projecção regional nestes territórios do seu hinterland geográfico mais imediato.

Pela sua cronologia comparativamente precoce e pela sua fácies material, casos como o do enterramento em urna do Cerro do Ouro, recentemente reavaliado (Gomes 2022), ou o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68) parecem particularmente reveladores, podendo representar um horizonte prototípico a partir do qual esta modalidade funerária se terá posteriormente desenvolvido na área de Ourique. Após a sua introdução, esta

prática ter-se-á adaptado às circunstâncias locais, já seja mediante a associação a monumentos derivados da tradição tumular regional, como os já comentados monumentos em Π (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994), ou a incorporação de outras tipologias de recipientes cinerários e de acompanhamento, inspirados no repertório material local e regional ou relacionáveis com outros eixos e vectores de contacto e influência (Dias – Coelho 1971; Beirão 1986; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A; Beirão – Correia 1994).

Quanto ao foco mais setentrional antes comentado, a emergência e/ou reformulação dos enterramentos em urna parece corresponder a uma conjuntura histórica algo distinta, relacionada com a transformação do tecido territorial, sociopolítico e cultural do interior do Sudoeste peninsular após a chamada “Crise de Quatrocentos”. Nestes conjuntos funerários mais setentrionais aprecia-se um quadro cultural mais complexo,

estritamente alinhado com a vizinha Extremadura espanhola e marcado pela coexistência e entrecruzamento de diversos eixos de influência. Neste contexto, o factor continental, céltico, sendo significativo, está longe de ser único ou de estar uniformemente representado, convivendo com outras influências de matriz meridional bem patentes na fácies material dos enterramentos em urna pré-romanos regionais (Fabião 1998: 375).

De momento, as relações e influências mútuas entre estes dois grandes pólos – Alentejo Litoral/ Baixo Alentejo e Alentejo Central/ Alto Alentejo – são mais difíceis de avaliar e de precisar, sobretudo na ausência de dados expressivos sobre o mundo funerário deste período na região de Beja e no interior baixo-alentejano.

Ainda assim, caberia aqui recordar que, tal como noutras paragens do interior do Sudoeste peninsular já analisadas, também no interior baixo-alentejano se verifica um aparente esgotamento das fórmulas territoriais e sociopolíticas desenvolvidas ao longo das primeiras etapas da Idade do Ferro que caberia situar, também aqui, durante o século IV a.n.e.. Nessa conjuntura, parece emergir igualmente nesta região um complexo ambiente multicultural onde se entrecruzam influências de signo distinto (Berrocal-Rangel 1992; Fabião 1998; v. tb. Rodríguez Díaz 1993), sem obviar contudo a existência de um substrato cultural com personalidade própria e umas afinidades preferenciais bem marcadas que não se diluem por completo nesta nova etapa.

Não obstante, parece verosímil que nesta nova conjuntura histórica ambos os pólos anteriormente identificados tenham iniciado um processo de convergência, em que as influências que marcam as áreas mais setentrionais do território alentejano se fazem sentir também, através deste, no Baixo Alentejo, onde algumas manifestações funerárias passam a incorporar a partir do século IV a.n.e. certos elementos de cultura material de corte celtizante (v., p. ex., Dias – Coelho 1971; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A). No entanto, caberia inversamente questionar se o Baixo Alentejo desempenha também, conjuntamente com a Extremadura, algum papel na transmissão de rasgos litorais e meridionais para o território centro- e alto-alentejano, questão que de momento não se pode responder com segurança.

Em todo o caso, e não obstante a escassez de dados, parece claro que apesar das suas origens diferenciadas, o desenvolvimento das práticas funerárias e dos repertórios materiais nestas regiões já durante os séculos IV e III a.n.e. seguiram vias paralelas e interdependentes, reflectindo por outro lado o carácter crescentemente multicultural da região.

De facto, e a modo de conclusão, caberia ressaltar que o presente contributo não tem por intenção negar a existência no Sul de Portugal de influxos culturais e mesmo demográficos habitualmente relacionados com a presença ou influência de populações de matriz céltica; essa presença parece de facto estar bem demonstrada e a sua característica fácies material acabará também por marcar presença nos repertórios de alguns dos conjuntos funerários antes mencionados (Berrocal-Rangel 1992; Fabião 1998).

O presente trabalho visou contudo questionar o tantas vezes enfatizado carácter intrusivo ou disruptivo dos enterramentos em urna da segunda metade do I milénio a.n.e., valorizando pelo contrário o seu enquadramento numa larga série de manifestações funerárias cujos fluxos e refluxos dependem, em boa medida, do desenvolvimento das redes de contactos, intercâmbios e solidariedades inter- e transregionais.

Nesse sentido, o panorama exposto nas páginas anteriores serve sobretudo para salientar a necessidade de analisar atentamente a história interna deste tipo de manifestações funerárias, reapreciando as suas raízes, os estímulos que subjazem à sua difusão e generalização, mas também o seu desenvolvimento posterior, que os converte num reflexo fiel da natureza crescentemente multicultural e da síntese de tradições e vivências que caracteriza as etapas finais da Idade do Ferro no Sul de Portugal.

Agradecimentos

O presente trabalho foi produzido no âmbito de um Contrato de Estímulo ao Emprego Científico (CEE-CIND/01109/2018 - *A Consuming Sea: Mediterranean imports, identity and social representation in the southern Portuguese Late Bronze and Early Iron Ages*) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, P. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2017) – Mértola entre el Bronce Final y el inicio de la presencia romana: problemas y perspectivas de investigación. *Habis*, 48: 7-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/Habis.2017.48.01>
- ANTUNES, A. S. (2010) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa.
- ARANEGUI, C. – JODIN, A. – LLOBREGAT, E. – ROUILLARD, P. – GRÉVIN, G. (1993) – *La nécropole ibérique de Cabezo Lucero, Guardamar del Segura, Alicante*. Madrid.
- ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada Atlântica peninsular. *Estudos Orientais*, IV: 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1996) – Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo. In VILLAR, F. – ENCARNACIÓN, J. de (eds.) – *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: 37-50.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4(2): 207-291. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/4_2/7.pdf
- ARRUDA, A. M. (2003) – Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1.ª Idade do Ferro. In *Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território*. Lisboa: 51-56.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O I.º Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*, S. IV(23): 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In ARRUDA, A. M. (ed.) – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar (2)*. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. Lisboa: 513-535.
- ARRUDA, A. M. – COVANEIRO, J. – CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*, 8: 117-135.
- ARRUDA, A. M. – FREITAS, V. T. de (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: 429-446.
- ARRUDA, A. M. – GUERRA, A. – FABIÃO, C. (1995) – O que é a II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(2): 237-257.
- ARRUDA, A. M. – LOPES, M. da C. (2012) – Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal). *O Arqueólogo Português*, S. V(2): 401-415.
- AUBET, M. E. (1978) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla (Túmulo B)*. Barcelona.
- BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 399-414.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris.
- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos. *Estudos Orientais*, I: 107-118.
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga*, 30: 5-11. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_30_1
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1994) – A II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual dos nossos conhecimentos. In *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: 915-930.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1980) – *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*. Lisboa.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*, S. IV(1): 207-266.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1984) – Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Volume d'hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: 450-482.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. – MONTEIRO, J. P. (1979) – *As Estelas Epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal.
- BELÉN, M. – ESCACENA, J. L. (1992) – Las necrópolis ibéricas de Andalucía Occidental. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. – ANTONA DEL VAL, V. (eds.) – *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: 509-529.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1988) – Hacia la definición arqueológica de la «Beturia de los Célticos»: la cuenca de Ardila. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II. Historia Antigua*, 1: 57-68. DOI: <https://doi.org/10.5944/etfii.1.1988.4114>
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. (dir.) (1994) – *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etnoarqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2018) – La Segunda Edad del Hierro. In KURTZ, G. (ed.) – *150 años del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz 1867-2017*. Badajoz: 159-168.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. – ANTONA DEL VAL, V. (eds.) (1992) – *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid.
- BRANDHERM, D. – KRUEGER, M. (2017) – Primeras determinaciones radiocarbónicas de la necrópolis de Setefilla (Lora del Río) y el inicio del periodo orientalizante en Andalucía occidental. *Trabajos de Prehistoria*, 74(2): 296-318. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.2017.12196>
- BURILLO MOZOTA, F. (coord.) (1990) – *II Simposio sobre los Celtiberos. Necrópolis Celtibéricas*. Zaragoza.
- CARDOSO, J. L. (2004a) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no Sul de Portugal: a tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In VILAÇA, R. – LOPES, M. da C. (coords.) – *O Passado em Cena: Narrativas e Fragmentos. Miscelânea Oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: 193-223.
- CARDOSO, J. L. (2004b) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras.
- CORRÊA, A. M. (1916) – Sobre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*, S.1(21): 331-337.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia Pré-Romana. In PERES, D. (dir.) – *História de Portugal*. Barcelos: 79-214.

- CORRÊA, A. M. (1936) – «Urnenfelder» de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*, 4-6: 133-138.
- CORREIA, V. (1972 [1925]) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: 151-168.
- CORREIA, V. (1972 [1927]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: 169-179.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33(3-4): 351-370.
- CORREIA, V. H. (1997) – Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37(3-4): 41-85.
- CORREIA, V. H. (2014) – A Escrita do Sudoeste da Península Ibérica: velhos dados, novas teorias e a sua importância para o estudo das antigas culturas hispânicas. *Portugália*, 35: 77-93.
- DIAS, M. M. A. – BEIRÃO, C. de M. – COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*, S.3(4): 175-219.
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1971) – Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada - Almodôvar (primeira notícia). *O Arqueólogo Português*, S.3(5): 181-190.
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1983) – Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*, S.4(1): 197-205.
- ESTEBAN ORTEGA, J. – SÁNCHEZ ABAL, J. L. – FERNÁNDEZ CORRALES, J. M. (1988) – *La necrópolis del Castro del Castillejo de la Orden, Alcántara (Cáceres)*. Cáceres.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FABIÃO, C. (2001) – O povoamento do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: Continuidades e rupturas. In BERROCAL-RANGEL, L. – GARDES, P. (eds.) – *Entre Celtas e Iberos. Las Poblaciones Protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: 227-246.
- FERRER ALBELDA, E. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2019) – La crisis de Tarteso y el problema del siglo V a.C. en el ámbito geográfico turdetano. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 30: 51-76. DOI: <https://doi.org/10.21071/aac.v30i.12434>
- GOMES, F. B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- GOMES, F. B. (2016-2017) – A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*, S.5(6-7): 15-57.
- GOMES, F. B. (2018) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: new social, political and cultural insights. *Zephyrus*, 81: 117-139.
- GOMES, F. B. (2019a) – Revisiting an Early Iron Age funerary horizon: “Cruz del Negro” type urn burials in southern Portugal and their significance. *Madrid Mitteilungen*, 59: 182-207.
- GOMES, F. B. (2019b) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV - II a.n.e.): (pocos) datos y (algunos) problemas. *Archivo Español de Arqueología*, 92: 43-62.
- GOMES, F. B. (2020) – New perspectives on the Early Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). In CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.) – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Mérida: 1111-1122.
- GOMES, F. B. (2021) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). Práticas funerárias, cultura material e identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII-II a.n.e.)*. Lisboa.
- GOMES, F. B. (2022) – A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo. *Ophiussa*, 6: 85-103.
- GUZZO, M. G. A. – ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2008) – Un ostrakon phénicien de Tavira. *Vicino Oriente*, XIV: 231-240.
- HELENO, M. (1951) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, S.2(I): 83-94.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. – GALÁN DOMINGO, E. (1996) – *La necrópolis de “El Mercadillo” (Botija, Cáceres)*. Cáceres.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. – MARTÍN BRAVO, A. M. (2017) – *Las necrópolis de El Romazal y el Conjunto Arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija-Plasenzuela, Cáceres)*. Madrid.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002-2003) – Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la Protohistoria peninsular. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 42: 81-118.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) (2008) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2015) – Tumbas de la II Edad del Hierro de la necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz). In MEDINA, N. (ed.) – *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: 377-404.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2016) – El Post-orientalizante, entre España y Portugal; entre lo Tartésico y lo Turdetano. *Cadernos do Museu da Lucerna*, II: 37-60.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) (2017) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. – ORTEGA BLANCO, J. (2004) – *La cerámica griega en Extremadura*. Mérida.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1981-1982) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*, 2-3: 61-69.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça: exposição temporária na Galeria dos Patudos*. Alpiarça.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1987) – O Tejo na zona de Alpiarça (Idades do Bronze e do Ferro). In SILVA, A. C. (coord.) – *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: 48-52.
- LANGLEY, M. – MATALOTO, R. – BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 283-303.
- LANGLEY, M. – MATALOTO, R. – BOAVENTURA, R. – GONÇALVES, D. (2007) – A ocupação da Idade do Ferro de Torre de Palma: “escavando” nos fundos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, S.4(25): 229-290.
- LÓPEZ BRAVO, F. (2002) – La urna ibérica de orejetas perforadas. *Complutum*, 13: 97-116.
- LORRIO, A. (2008) – Cerámica gris. In ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.) – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: 673-723.

- MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C. In GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *Fenícios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: 121-150.
- MAIA, M. (2003) – Fenícios em Tavira. In AA.VV. – *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: 57-72.
- MAIA, M. – SILVA, L. F. da (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*, 20: 171-194.
- MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça: as estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto.
- MARQUES, G. – ANDRADE, G. M. de (1974) – Aspectos da proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: 124-148.
- MARTÍN RUIZ, J. A. (2007) – *La crisis del siglo VI a.C. en los asentamientos fenicios de Andalucía*. Málaga.
- MATALOTO, R. (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V a.C. *Arqueologia & História*, 60-61: 77-100.
- MATALOTO, R. – WILLIAMS, J. – ROQUE, C. (2014) – ‘...e daí desceio a dar-lhe batalha...’: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal). In SALAS TOVAR, E. (coord. cient.) – MATALOTO, R. – MAYORAL HERRERA, V. – ROQUE, C. (eds.) – *La Gestación de los Paisajes Rurales entre la Protohistoria y el Periodo Romano*. Madrid: 17-44.
- MAYET, F. – SILVA, C. T. da (2000) – *L’établissement phénicien d’Abul. Portugal*. Paris.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4 (1): 273-286.
- PAIXÃO, A. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 429-460.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: 149-172.
- PELLICER CATALÁN, M. – ESCACENA CARRASCO, J. L. (2007) – Rabadanes: una nueva necrópolis de época tartésica en el bajo Guadalquivir. *Lucentum*, 26: 7-21. DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2007.26.01>
- PEREIRA SIESO, J. (1979) – La cerámica ibérica procedente de Toya (Peal de Becerro, Jaén) en el Museo Arqueológico Nacional. *Trabajos de Prehistoria*, 36: 289-347.
- PONTE, S. da (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conimbriga*, 25: 99-129. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_25_7
- REBAY-SALISBURY, K. (2016) – *The Human Body in Early Iron Age Central Europe. Burial Practices and Images of the Hallstatt World*. Londres.
- REBAY-SALISBURY, K. (2017) – Rediscovering the body: cremation and inhumation in early Iron Age Central Europe. In CEREZO-ROMÁN, J. I. – WESSMAN, A. – WILLIAMS, H. (eds.) – *Cremation and the Archaeology of Death*. Oxford: 52-71.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1989) – La Segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura: problemática y perspectivas en torno al poblamiento. *Saguntum*, 22: 165-224.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1990) – Continuidad y ruptura cultural durante la Segunda Edad del Hierro en Extremadura. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. Mérida: 127-162.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1993) – Sobre la periferia Turdetana y la configuración diversa de la Beturia prerromana. Célticos y Túrdulos en el Guadiana Medio. *SPAL*, 2: 243-267.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994) – Algunas reflexiones sobre el fin de Tartessos en la cuenca media del Guadiana: la crisis del cuatrocientos y el desarrollo de la Beturia. *CuPAUAM*, 21: 9-34. DOI: <http://dx.doi.org/10.15366/cupauam1994.21.001>
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995) – El Valle Medio del Guadiana, “Espacio de Frontera” en la Protohistoria del Suroeste (II). *Saguntum*, 28: 111-130.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2018) – En tierra de túrdulos: de las ‘grandes casas’ postorientalizantes a las comunidades prerromanas de la Beturia. In KURTZ, G. (ed.) – *150 años del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz 1867-2017*. Badajoz: 169-186.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. – JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1987-1988) – Informe sobre las excavaciones realizadas en el yacimiento de Hornachuelos, Ribera del Fresno (Badajoz). 1986-1988. *Norba*, 8-9: 13-31.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, D. (2019) – La vida social de la cerámica ática en la península ibérica: la amortización de las copas Cástulo de tipo antiguo. *Archivo Español de Arqueología*, 92: 71-88. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.092.019.004>
- ROUILLARD, P. (1991) – *Les Grecs et la Péninsule Ibérique: du VIII^e au IV^e siècle avant Jésus-Christ*. Paris.
- ROUILLARD, P. (2009) – Le vase grec entre statut et fonction: le cas de la Péninsule Ibérique. In TSINGARIDA, A. (ed.) – *Shapes and uses of Greek vases (7th-4th centuries B.C.)*. Bruxelas: 366-376.
- ROUILLARD, P. – PAIXÃO, A. C. – VILLANUEVA-PUIG, M.-C. – DURAND, J.-L. (1988-1989) – Les vases grecques d’Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S. 4(6-7): 43-108.
- SALVADOR MATEOS, R. – PEREIRA, J. A. (2017) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no Período Orientalizante: as necrópoles da Carlota (São Brissos) e de Cinco Réis 8 (Santiago Maior). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 333-352.
- SÁNCHEZ, C. (1992) – Las copas tipo Cástulo en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 49: 327-333. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.1992.v49.i0.548>
- SILVA, A. C. F. da – GOMES, M. V. (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa.
- SILVA, C. T. da (2005) – A presença fenícia e o processo de Orientalização nos Estuários do Tejo e do Sado. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) – *El Periodo Orientalizante*. Madrid: 749-766.
- SILVA, C. T. da – SOARES, J. – BEIRÃO, C. de M. – DIAS, L. F. – COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7: 149-218.
- SILVA, J. P. N. da (1875) – Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, S. I(6): 91.
- SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7919>
- SOARES, R. M. – MARTINS, A. (2013) – A necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: 661-669.
- SOUSA, E. de (2014) – *A Ocupação Pré-Romana da Foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.

- SPINDLER, K. – BRANCO, A. de C. – ZBYSZEWSKY, G. – FERREIRA, O. da V. (1973-1974) – Le monument à coupole de l'âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 57: 91-154.
- TORRES ORTIZ, M. (1996) – La cronología de los túmulos A y B de Setefilla: el origen del rito de la cremación en la cultura tartésica. *Complutum*, 7: 147-162.
- TORRES ORTIZ, M. (2023) – Rituales funerarios en Tartes(s)o(s). In: CELESTINO PÉREZ, S. – BAQUEDANO PÉREZ, E. (eds.) – *Los últimos días de Tarteso*. Madrid: 161-180.
- VALENCIANO PRIETO, M. del C. (2000) – *El Llano de la Consolación (Montealegre del Castillo, Albacete). Revisión crítica de una necrópolis ibérica del Sureste de la Meseta*. Albacete.
- VEIGA, S. E. da (2005 [1891]) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Volume 4. Faro.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12 (3-4): 289-322.
- VIANA, A. (1959) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, II – Monumento dolménico do Barranco da Nora Velha. *Arquivo de Beja*, 16: 24-28.
- VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, V – Monumento da Nora Velha. *Arquivo de Beja*, 17: 181-188.
- VIANA, A. (1962) – *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*. Beja.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1950a) – Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Lisboa: 67-74.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1950b) – Necrópolis Celtico-Romanas del Consejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 23: 229-254.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1951) – Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el concejo de Elvas (Portugal). In *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste*. Alcoy: 89-104.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1955) – Nuevas Necrópolis Celto-Romanas de la Región de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 28: 33-68.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1958) – Campos de Urnas da Região de Elvas. *O Instituto*, 118: 133-193.
- VIANA, A. – FERREIRA, O. da V. – ANDRADE, R. F. de (1957) – Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38(2): 409-419.
- VILAÇA, R. (2014a) – The Faces of Death: from the Bronze to the Iron Age, between the North and the South of the Portuguese territory. In CRUZ, A. – CERRILLO CUENCA, E. – BUENO RAMÍREZ, P. – CANINAS, J. C. – BATATA, C. (eds.) – *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives From Recent Prehistory (Iberia)*. Oxford: 125-138.
- VILAÇA, R. (2014b) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C.. Entre a tradição e a inovação. In VILAÇA, R. – SERRA, M. (eds.) – *Idade do Bronze no Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: 101-125.
- VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Estudos Pré-Históricos*, XVII: 101-134.
- VILAÇA, R. – CRUZ, D. da – GONÇALVES, A. A. B. H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga*, XXXVIII: 5-29. https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_38_1
- VILHENA, J. (2006) – *O Sentido da Permanência. As Envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º Milénios a.C.* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 373-397.

POLÍTICA EDITORIAL

Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.unkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

Política de preservação de arquivos digitais

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Política de acesso aberto

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Objectives

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Periodicity

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

Journal sections

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

Peer review process

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

Publication ethics

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

1) RESPONSIBILITY:

Ophiussa through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

2) SCIENTIFIC FRAUD

Ophiussa will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

Digital file preservation policy

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Open access policy

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:
ophiussa@letras.ulisboa.pt

AVALIADORES OPHIUSSA (2021-2023)

Adriano Orsinger
Albert Ribera Lacomba
Ana Delgado Hervas
Ana Margarida Arruda
Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas
António Faustino Carvalho
Artur Ribeiro
Carlos P. Odriozola
Catarina Costeira
Catarina Viegas
César Neves
Chris Jarret
Cleia Detry
Corina Liesau
Daniel Mateo Corredor
David González-Álvarez
Enrique García Vargas
Esther Rodríguez González
Feliciano Sala-Sellés
Francisco Gomes
Horacio Gonzalez Cesteros
Javier Heras Mora
Jesús Acero Pérez
Joan Daura
João Fonte
João Luís Cardoso

João Marreiros
Joaquina Soares
José Carlos Quaresma
José Clemente Martin de la Cruz
José Ruivo
Leonardo Garcia Sanjuan
Lourdes Roldán Gómez
Macarena Bustamante Álvarez
Manuel Santonja
María Isabel Rodríguez López
Maria João Valente
Maria José de Almeida
Mariana Diniz
Mariano Torres Ortiz
Marta Diaz-Guardamino
Marta Moreno García
Montserrat Sanz
Rafael Garrido Pena
Rafael Martinez
Ricardo Costeira da Silva
Rui Gomes Coelho
Rui Morais
Sergio Escribano Ruiz
Tânia Casimiro
Telmo Pereira
Victor S. Gonçalves

ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÊS RASTEIRO	141
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
Política editorial	187
Editorial policy	188
Avaliadores Ophiussa (2021-2023)	191